



ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
Curso de Administração Pública

**A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Marina Brandão Dutra

Belo Horizonte

2010

Marina Brandão Dutra

**A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Monografia apresentada ao Curso de
Administração Pública da Escola de
Governo Professor Paulo Neves de
Carvalho – Fundação João Pinheiro – para
obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof^o. Dr^o Alexandre Queiroz

Belo Horizonte

2010

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
Curso de Administração Pública

**A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Marina Brandão Dutra

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro – para obtenção do título de graduação

Aprovado por:

Prof. Alexandre Queiroz Guimarães, Doutor, FJP, orientador

João Batista Rezende, Doutor, FJP, avaliador

Eduardo Teixeira Leite, Mestre, FJP, avaliador

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2010

Agradecimentos

À equipe da Superintendência de Comércio e Serviço da SEDE, pelo imenso apoio e incentivo.

Aos entrevistados, pelo tempo e atenção.

RESUMO

Esse trabalho discute o processo de implantação e o modelo de funcionamento do Fórum Permanente Mineiro de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE), buscando identificar as principais dificuldades e ganhos derivados dos mesmos. O FOPEMIMPE se trata de um espaço de debates e de conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de políticas voltadas ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, de forma a contribuir para o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dos pequenos negócios determinado pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Serão analisados o modelo de participação adotado e os fatores considerados cruciais para o seu bom funcionamento, assim como a situação do FOPEMIMPE em relação a eles. Espera-se com essa pesquisa busca tornar mais claro os resultados ainda pouco palpáveis da atuação dos fóruns voltados para a questão dos pequenos negócios.

Palavras-chave: Fóruns; Micro e pequena empresa; Participação

ABSTRACT

This paper discusses the deployment and operating model of the Minas Gerais Permanent Forum of Micro and Small Enterprises (FOPEMIMPE), in order to identify the main difficulties and gains derived from them. The FOPEMIMPE it's a space for debate and joint efforts between the government and the private sector, to achieve policies directed to the segment of micro and small enterprises and contributes to the differential, simplified and favored treatment determined by the Brazilian Statute of Micro and Small Enterprises for this segment. There will be analyzed the participation model adopted and the factors considered crucial for its proper functioning, as well as the status of FOPEMIMPE towards them. It's hoped that this study contributes to clarify the still modest tangible results of the performance of forums focused on the issue of small business.

Key-words: Forums, Micro and Small Enterprises; Participation

LISTA DE REDUÇÕES

AMIPEME - Associação Mineira da Pequena e Média Empresa

CEBRAE - Centro Brasileiro e Assistência Gerencial à Pequena Empresa

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços

FOMIMPE – Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa

FOPEMIMPE - Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

FPMEPP - Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (nacional)

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MPE – Micro e Pequenas Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 01: Principais dificuldades no gerenciamento de micro e pequenas empresas ativas no período de 2003 à 2005	20
GRÁFICO 02: Medidas de apoio às micro e pequenas empresas apontadas por empresários ativos (2005).....	23
QUADRO 01: Evolução nas edições do Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa (FOMIMPE)	27
FIGURA 01: Processo de encaminhamento das propostas do Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP)	31
GRÁFICO 03: Participantes inscritos e frequentes nos comitês temáticos em 2010.....	36
FIGURA 02: Processo de encaminhamento das propostas do Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE)	38
QUADRO 02: Propostas apresentadas pelo comitê de Acesso a Mercados no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010.....	40
QUADRO 03: Propostas apresentadas pelo comitê de Investimento, Financiamento e Crédito no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010.....	40
QUADRO 04: Proposta apresentada pelo comitê de Formação e Capacitação Empreendedora no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010...	41
QUADRO 05: Propostas apresentadas pelo comitê de Qualidade e Inovação no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010.....	42
QUADRO 06: Propostas apresentadas pelo comitê de Racionalização legal e burocrática no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010.....	42
QUADRO 07: Propostas apresentadas pelo comitê de Informação no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010	43
FIGURA 03: Cenários para o funcionamento do Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	46

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. OS FÓRUNS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11
3. A QUESTÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	16
3.1 Quem são	16
3.2 Principais dificuldades	18
3.3 Possibilidades e limitações da intervenção do Estado	21
3.4 Marcos de políticas públicas e ações de apoio no Brasil	24
4. O PROJETO DO FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (FOPEMIMPE)	26
4.1 Histórico	26
4.1.1 O Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa (FOMIMPE).....	26
4.1.2 O Fórum Nacional.....	28
4.1.3 A Lei Geral.....	32
4.1.4 O Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE).....	33
4.2 Estrutura	33
4.3 Composição e Participação	35
5. A FORMULAÇÃO E O ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTAS	37
5.1 Como funcionam	37
5.2 As propostas atuais	39
5.2 Análise geral	43
6. DESAFIOS	46
6.1 Participação e sustentação política	47
6.2 Planejamento e gestão	48
6.3 Publicidade e informação	50
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFÊRENCIAS	54
APÊNDICE	57

1. INTRODUÇÃO

É um consenso que a atuação das micro e pequenas empresas (MPE) têm importância para a economia brasileira. A proporção de empresas desse tipo e o número de empregos gerados por elas são significativamente altos e sua relevância torna inquestionável. Espaços de debates entre o governo e o setor privado para a consecução de ações e de políticas públicas orientadas às MPE vêm sendo crescentemente apoiados na atualidade. Busca-se a criação de um espaço permanente para o encontro dos atores envolvidos, de forma a ampliar o diálogo com o governo e, assim, orientar e assessorar na formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das MPE.

A criação de fóruns voltados para os pequenos negócios sob a coordenação do Estado é incentivada em todas as esferas do governo desde 2005, após a implantação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP). O governo de Minas Gerais, acompanhando essa tendência, implantou em 2008 o Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE), que, como o fórum nacional, busca contribuir para o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido dos pequenos negócios, assim como determinado pelo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006).

Faltam, no entanto, estudos que debatam a escolha do modelo de fórum escolhido, os seus méritos e dificuldades. Algumas questões são prementes, como a razão e o potencial de implantar fóruns nas esferas de governo. Outras questões dizem respeito à necessidade ou não de fóruns permanentes e aos obstáculos para a implantação e efetividade desses fóruns. O presente trabalho busca responder essas perguntas, realizando uma apresentação sobre o processo de implantação e funcionamento do FOPEMIMPE, de forma a identificar as principais dificuldades e ganhos derivados do mesmo. De maneira específica, o trabalho tem os seguintes objetivos: inicialmente, pretende compreender o funcionamento do modelo de participação adotado pelo fórum e sua potencial capacidade de vocalizar as necessidades dos empresários. Em segundo lugar, visa identificar quais seriam os fatores cruciais para o bom desenvolvimento de um fórum e a situação do FOPEMIMPE em relação a eles. E finalmente, o trabalho busca identificar os ganhos alcançados pelo antigo FOMIMPE e sua possível legitimação como um fórum permanente dirigido pelo governo estadual.

Para a realização desses objetivos, foi realizada pesquisa exploratória, buscando a familiarização do uso de fóruns como instrumento de política pública voltados para a questão da

microempresa. O universo dessa pesquisa delimitou-se ao estudo de caso da implantação do FOPEMIMPE, atualmente dirigido pela Superintendência de Comércio e Serviço da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), contemplando o período de sua criação pelo SEBRAE em 1999 até os dias atuais.

Em relação à coleta de dados, foi utilizada a observação direta, ao atuar como estagiária da superintendência diretora do FOPEMIMPE. Em complementação, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com cinco dos sete coordenadores de comitês temáticos do FOPEMIMPE, com o coordenador geral dos comitês temáticos, além de representantes do SEBRAE que acompanham as atividades dos fóruns voltados para as MPE, sendo um de Minas Gerais e um do Brasil. Por fim, foi também utilizada à análise de fontes documentais que descrevam ou influenciam na atividade do FOPEMIMPE, tais como leis, decretos, relatórios e atas de assembléias.

O trabalho se divide em três partes. Os capítulos dois e três apresentam o contexto em que a pesquisa se insere, discutindo a utilização de fóruns como instrumento da administração pública, no capítulo dois, e apresentando as especificidades das MPE e quais suas demandas, no capítulo três. A segunda parte descreve o funcionamento do FOPEMIMPE, apresentando seu histórico e estrutura, no capítulo quatro, e os processos de formulação e encaminhamento de propostas, no capítulo cinco. Por fim, tem-se a parte analítica que apresenta os desafios percebidos para o fórum, no capítulo seis, e a conclusão do trabalho, no capítulo sete, que traz as respostas encontradas para as questões propostas pela pesquisa.

Enfim, esse trabalho busca tornar mais claro os resultados ainda pouco palpáveis da atuação dos fóruns voltados para a questão da MPE sob a ótica da gestão pública. Trata-se de uma discussão sobre a construção de agenda política a partir da interação entre entidades governamentais e membros da sociedade civil, sendo assim, um importante objeto de estudo para a Administração Pública.

2. OS FÓRUMS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Brasil democrático tem sido marcado pelos fenômenos da ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das instituições participativas. Esse fenômeno foi resultado do debate sobre a crise do Estado e a necessidade de sua reconstrução que tomou vigor no mundo durante anos 80 e no Brasil a partir de 90.

A explosão de demandas, saturação da agenda, excesso de pressões desencadeadas pelo aumento acelerado da participação, o desequilíbrio entre a capacidade de resposta do governo e o poder de pressão da sociedade, entre outros aspectos constituem parte do contexto que motivou esse debate, como mostra Eli Diniz (1996).

Essa situação trouxe à tona a necessidade de tornar o Estado

mais eficiente, eficaz e efetivo nos aspectos administrativo e político e de efetuar revisão das suas funções, enfim do seu papel nas relações com a Sociedade e o Mercado. Trata-se da superação do Estado burocrático, produtor-empresário, com a introdução do Estado gerencial, regulador e, sobretudo, democrático. (SANTANA, 2002, pg.1)

Um dos resultados dessa discussão foi a introdução da noção de governança no Estado com a busca pela sua maior aplicação. Segundo Bento (2003), governança “diz respeito aos pré-requisitos institucionais para a otimização do desempenho administrativo, isto é, o conjunto dos instrumentos técnicos de gestão que assegure a eficiência e a democratização de políticas públicas”. O aumento da governança significaria, assim, a modernização da gestão do Estado e a introdução da ótica de eficiência, eficácia e efetividade na sua capacidade de implementação de políticas públicas. Emergem na lógica do Estado novos modelos organizacionais, parcerias com a sociedade civil e o estabelecimento de contratos de gestão/termos de compromisso e parcerias (SANTANA, 2002).

A literatura tem mostrado a governança como uma nova tendência para a Administração Pública. Salienta-se a necessidade de mobilizar todo o conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da performance administrativa e da democratização dos processos decisórios locais (FREY, 2007). Percebe-se que o Estado é apenas um dos atores influentes na implementação de políticas e governar se torna um processo interativo que busca a reunir os recursos e conhecimentos dos diversos atores.

O reconhecimento das novas potencialidades relacionadas à ampliação dos atores sociais envolvidos na gestão da coisa pública foi um fator fundamental para a disseminação de um conjunto de formas ampliadas de participação política, espaços de negociação e inter-

relação em torno dos atores sociais e do Estado. Foram criadas no país formas consultivas e deliberativas de participação social no processo de tomada de decisão de assuntos públicos, obrigando os atores a debater e ajustar estratégias para a ação coletiva e negociada.

A proliferação dessas novas formas de governança interativa representa uma adaptação dos sistemas político-administrativos à diversidade, complexidade e dinâmica da sociedade contemporânea. Enquanto as fronteiras dos setores público e privado se tornam mais turvas, multiplicam-se os processos interativos, crescentemente institucionalizados, envolvendo os mais variados níveis e dimensões. Resultado é uma sociedade com maior número de atores exercendo influência e com maior número de interações dos representantes dos diversos interesses sociais (KOOIMAN *apud* FREY, 2007, p. 140).

É nesse contexto que surgiram os conselhos, programas de orçamento participativo e alguns fóruns temáticos de iniciativa pública. Essa monografia procurará destacar esses últimos, que podem ser entendidos como a criação de novo canal de participação, um espaço de articulação que se propõe a atuar como ator coletivo para intervenção em uma esfera pública mais ampla.

A iniciativa se aproxima do conceito de arena pública, que conforme elucidado por Avritzer e Pereira (2005), trata-se de um local de encontro de atores para resolução de situações problemáticas, elaboração de programas de ação e confronto de estratégias de interesse. As arenas públicas, como mostram Reis e Freire (2003), são também entendidas como uma arena social, local de formação e defesa de bens públicos. Nelas, os atores se envolvem em atividades de avaliação do interesse público e reivindicações civis, sendo assim obrigados a debater e compactuar estratégias de forma a promover ações coletivas e negociadas.

Por outro lado, não se pode deixar de ressaltar, a criação desses novos espaços contribui, de forma não pretendida, para tornar mais complexa a realização da política pública. Essa implicação é decorrente da multiplicação de atores e espaços de decisão, o que pode tornar mais lento os processos de tomada de decisão ligados às políticas públicas (AVRITZER, 2005).

Apesar desse efeito indesejado, os argumentos que justificam a implantação dessas novas formas de participação são muitos, conforme relata Bandeira (1999). Inicialmente, a possibilidade de consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetada por determinada política pode contribuir para sua maior eficácia e sustentabilidade. Isso ocorre pela possibilidade de compartilhamento de informações nos momentos de concepção, implementação e avaliação da política. Podendo assim, ocorrer adequações no decorrer dessas fases.

A falta da consulta aos segmentos afetados pode implicar na promoção de ações equivocadas, podendo levar ao desvio dos objetivos propostos. Entende-se que o compartilhamento de informações é essencial para melhor compreensão dos mecanismos de causa-efeito de um problema e contribui para identificação das ações necessárias e aprimoramento das realizadas.

Outro argumento se trata do ganho em transparências nas ações do Estado. A ampliação dos mecanismos de participação da sociedade aproxima o público dos processos do governo e incentiva a maior cobrança pelos resultados debatidos.

É importante ressaltar, no entanto, conforme mostra Côtés (2005), que os fóruns possuem papéis e potencialidades muito diversas, dependendo do contexto institucional e político em que estão inseridos. Nesse sentido, podem ter diferentes impactos na formulação e implementação de políticas públicas de acordo com o seu desenho institucional. Para a análise desses impactos, a autora divide a literatura em dois blocos de argumentos, a perspectiva cética e a otimista.

A perspectiva cética fundamenta sua argumentação na distribuição desigual de poder entre os participantes dos fóruns, o que acarretaria em um problema da legitimidade. Não existem garantias dentro dos fóruns que seus participantes sejam representativos perante a sociedade. As agendas e as dinâmicas de funcionamento dos fóruns são determinadas pelos grupos mais organizados, política e economicamente mais fortes. Dessa forma, existe margem à criação de viés nos resultados da atuação do fórum como ator coletivo, podendo não representar os interesses da maioria.

Para a perspectiva otimista, no entanto, argumenta-se que os fóruns contribuem ao aumentar a participação de movimentos sociais em arenas políticas institucionalizadas. Defende-se que os movimentos sociais representariam núcleos de tematização de interesses gerais, o que contrasta com os grupos corporativos de interesses particulares. Conforme a conclusão de Silva (2002), os “fóruns participativos se constituem em canais neocorporativos que poderiam abrir o espaço decisório para grupos sociais sem capacidade de se representar adequadamente na esfera pluralista de representação de interesses”.

Outra linha de argumentação dessa perspectiva, fugindo da discussão sobre novas formas de participação e representação, seria o tratamento dos fóruns como instâncias institucionais integradas ao processo geral de tomada de decisão governamental. Nesse sentido, como já elucidado anteriormente, os fóruns contribuem ao assegurar transparência na formulação e eficácia na implementação de políticas públicas, sem indicar a construção de um novo tipo de democracia.

Existem, entretanto, na implantação e funcionamento desses espaços, desafios para a consecução de seus objetivos. Para Silva (2002), o desafio desses fóruns está em organizar os atores participantes, que possuem interesses e dinâmicas de funcionamento diferentes, a partir da construção de um espaço de articulação de funcionamento sistemático e regular. Esse espaço deve buscar a produção de consensos, para que externamente, o fórum possa representá-los e ter atuação política ativa.

A análise dos fóruns temáticos, de acordo com as preposições da autora, pode ser realizada a partir de duas dimensões. A primeira diz respeito à coesão interna, os mecanismos de deliberação e articulação entre os atores participantes. É preciso analisar como esses mecanismos funcionam e se eles permitem a deliberação dos atores. A segunda dimensão está ligada à legitimidade que o fórum constitui como ator representativo, o que passa pelo reconhecimento que os atores participantes têm dos consensos produzidos, bem como do reconhecimento externo do fórum no campo em que está inserido.

Para análise da efetividade dos fóruns, Bandeira (1999) destaca alguns fatores que considera como condicionantes para o sucesso desse tipo de projeto. Em primeiro lugar, é preciso que exista sustentação política e credibilidade, o que se traduz como a existência de um compromisso efetivo, maduro e continuado das instâncias políticas. Segundo o autor, a fragilidade no apoio político, por dificultar a manutenção de verbas, é uma das principais causas para a não consecução das ações propostas em instâncias participativas.

Complementando o apoio do Estado, a participação de outras instituições de credibilidade e ampla atuação de forma permanente nos fóruns também contribui para sua efetividade. O papel dessas instituições, como universidades a exemplo, devem ser o de usar seu respaldo para se sobrepor a conflitos de interesses individuais que venham a ocorrer e facilitar o processo de tomada de decisão.

Outro fator importante se trata da existência de um compromisso político efetivo para a consolidação das práticas participativas. O surgimento dessas novas instâncias participativas visa mudar as formas tradicionais de atuação do setor público, marcadas por decisões hierárquicas, formalismo e burocracia. Quebrar esse paradigma é tarefa difícil e só possível com compromisso político. Um problema que pode surgir nesse contexto seria a utilização da criação de uma nova instância de participação apenas para fins de marketing político, o que seria um sinal da falta de real compromisso político.

Por fim, é fundamental que exista ou se forme uma cultura de participação no âmbito onde o fórum é instalado, o que passa pelas características sócio-culturais de cada região onde são estabelecidos. Não se pode esperar que modelos bem sucedidos de fóruns consigam ser

implementados com o mesmo sucesso em localidades distintas. É preciso adaptações às formas de organização e participação vigente, e por vezes, educação para a atuação em arenas públicas. Essa opinião é compartilhada por Reis e Freire (2003), que afirmam que “modelos de gestão democrática não apreendem a priori a dinâmica das localidades onde são implantados, de modo que ou não se concretizam, ou são adaptados em função das respostas dos atores social envolvidos no processo”.

3. A QUESTÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Esse capítulo irá descrever a questão das MPE, identificando suas principais características, sua importância sócio-econômica, os desafios encontrados no mercado e como o governo pode agir para seu apoio.

3.1 Quem são

Para iniciar a discussão da questão dos pequenos negócios, faz-se necessário apresentar seu conceito. A variável utilizada pelo governo brasileiro para essa definição, conforme a Lei Complementar 123/06, é a receita bruta anual, sendo os valores de: até R\$ 240.000,00 para microempresa e de R\$ 240.000,00 até R\$ 2.400.000,00 para empresa de pequeno porte. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), principal organização que trabalha pelo desenvolvimento do segmento, para efeitos de estudos e pesquisa, faz a classificação com o critério de número de empregados, sendo:

- 1) microempresas: na indústria e na construção civil – até 19 empregados; e no comércio e serviços – até 9 empregados;
- 2) pequena empresa: na indústria e na construção civil – de 20 a 99 empregados; e no comércio e serviços – de 10 a 49 empregados.

Em geral, essas empresas se caracterizam pela vulnerabilidade, sendo mais instáveis a mudanças do ambiente externo ou interno de seus negócios. Em outras palavras, mudanças de ordem econômica, nas políticas públicas e arcabouço legal ou mesmo em questões que influenciam na capacidade de gerenciamento dos empresários têm maior impacto nos rumos da empresa do que tende a ocorrer nos grandes negócios.

No Brasil, conforme pesquisa realizada pelo SEBRAE (2007), a maior parte das MPE foi criada por vontade do empresário em ter um negócio próprio, um escape contra a idéia de ser um empregado subordinado às decisões de outra pessoa e uma tentativa de conseguir uma fonte de renda estável. O número de empresários que iniciam seu negócio por conta da identificação de uma oportunidade ou experiência sólida no ramo, no entanto, é menos expressivo, o que também contribui para a condição vulnerável dos pequenos negócios.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destaca ainda outras características percebidas de forma comum entre as MPE, sendo elas:

- baixa intensidade de capital;
 - altas taxas de natalidade e de mortalidade: demografia elevada;
 - forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios;
 - poder decisório centralizado;
 - estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica;
 - registros contábeis pouco adequados;
 - contratação direta de mão-de-obra;
 - utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiquificada;
 - baixo investimento em inovação tecnológica;
 - maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e
 - relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.
- (IBGE, 2003)

As MPE, mesmo com sua condição frágil, representam um dos principais pilares da economia. Tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, os pequenos negócios representam à maioria de firmas, respondendo assim, por número significativo de empregos. O universo das MPE no Brasil, segundo SEBRAE (2007), representa 5,5 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço. Trata-se de mais de 95% do número total de estabelecimentos do país, os quais geram 60% dos empregos e respondem por 20% do Produto Interno Bruto (PIB), 43% da renda total e 12% das exportações.

A importância das MPE se revela com maior intensidade no interior dos estados, em municípios menores, que não dispõem de grandes empresas industriais, comerciais ou de serviços. Para esses municípios, como aponta Vieira (2007), as MPE são responsáveis por quase a totalidade dos empregos e ocupações, com exceção dos servidores públicos, sendo assim responsáveis pela dinamização das economias locais e a interiorização do desenvolvimento.

Por esses aspectos, como também mostra Lages (2004), as MPE têm papel fundamental sócio-economicamente. Elas são responsáveis por gerar empregos e auto-empregos, tecer redes de relações com médias e grandes empresas e marcam presença com grande capilaridade em todo território nacional. Assim, contribuem de forma inestimável para a melhoria do perfil de distribuição de renda.

3.2 Principais dificuldades

Apesar do reconhecimento da importância das MPE ser inquestionável, essas empresas encontram vários obstáculos no que refere ao seu crescimento, sustentabilidade e competitividade. Durante o triênio de 2003 a 2005, aponta-se que 64% das empresas consolidadas permaneceram no mercado após quatro anos. Estatística essa que representa um grande avanço quando comparada ao triênio passado (2000-2002), que apresentava o número de empresas sobreviventes de apenas 40%,¹ mas que ainda é elevada em termos internacionais.

Cabe elucidar, como apontam Cabrera *et al* (2002), que a criação e encerramento de MPE ocorrerá em grande número em fases favoráveis ou não do ciclo econômico. Em outras palavras, é normal que se tenham altas taxas de entrada e saída no mercado de MPE em momentos de auge ou declínio econômico. A argumentação dos autores é de que o segmento de MPE é muito heterogêneo, de forma que dentro do grupo em atividade sempre existirão bons e maus projetos. Os bons dependerão do ambiente para se suceder e os maus já nascerão destinados ao fracasso.

Um ponto crucial que limita o crescimento das MPE está na dificuldade de acesso ao crédito, como aponta La Rovere (2001). Tal fato é comum em países desenvolvidos ou em desenvolvimento e, por essa dificuldade, as MPE seriam usualmente caracterizadas por possuir máquinas obsoletas, administração inadequada e dificuldades na comercialização de seus produtos em novos mercados.

A dificuldade no acesso ao crédito ocorre, ironicamente, pela presença das altas taxas de saída no mercado das MPE. O grande número de fracassos alavanca o risco de empréstimo a esse segmento, fazendo com que os bons devedores paguem taxas de juros altas para compensar os possíveis não cumprimentos de dívida por empresários de projetos mal sucedidos. A situação ainda se agrava pela precariedade das informações contábeis e altos níveis de informalidade nos pequenos negócios, fatores que potencializam a assimetria de informações nas operações de crédito e assim forçam seu maior custo. De forma agravante, o Brasil ainda apresenta, sob qualquer parâmetro de comparação internacional, custo de crédito significativamente alto.

¹ Dados publicados pelo SEBRAE em Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil – 2003/2005.

Assim, as MPE não dispõem de boa capacidade de pagamento e dificilmente conseguem se sustentar com dívidas atreladas a altas taxas de juros. Como aponta Cabrera *et al* (2002), as MPE não conseguem sobreviver quando seus custos fixos são altos, o que é uma consequência de sua baixa produtividade,

A situação ainda se agrava com a utilização inadequada de produtos bancários por parte das MPE. De acordo com publicação de Fedato, Moretti e Oliveira (2009), estima-se que cerca de 50% utiliza de produtos financeiros pessoais com fins empresariais, desconhecendo oportunidades diferenciadas que apresentam maior viabilidade para o universo empresarial. Esse fato, no entanto, é apenas uma ilustração de um problema maior, a falta de profissionalismo e a informalidade no gerenciamento da pequena empresa. Parte significativa das famílias que gerenciam pequenos negócios tem sua renda intimamente atrelada aos rendimentos da empresa. O impacto dessa situação é a mistura do planejamento familiar com o empresarial, o que por vezes compromete o desenvolvimento da empresa. É ainda comum em negócios familiares a retirada de capital da empresa em períodos de dificuldades na família. Além disso, oportunidades de investimento na empresa são geralmente comparadas com necessidades de gasto da família, misturando decisões de ordem gerencial com questões do dia a dia familiar.

Outro problema corriqueiro, também ressaltado por Fedato, Moretti e Oliveira (2009), se trata da falta de compreensão da legislação pelo empreendedor. A complexidade da legislação brasileira, os muitos agentes públicos integrados ao processo de regularização do negócio e até o possível desconhecimento das leis são fatores que contribuem para que o pequeno empresário seja levado à ilegalidade. Essa situação traz várias dificuldades para a manutenção de sua operação no mercado, dentre elas o acesso ao crédito.

Além desses pontos, outros fatores ainda se destacam como dificuldades na opinião dos micro e pequenos empresários. Os principais motivos apontados podem ser visualizados no gráfico 01, que mostra o percentual de empresários de pesquisa realizada pelo SEBRAE que concordam que determinado fator é responsável por dificultar a gestão de sua empresa. Dentre os fatores assinalados, se destacam aqueles relacionados a políticas públicas, arcabouço legal, causas econômicas conjunturais e tributos elevados. Outros fatores cruciais estão relacionados a questões de ordem gerencial, o que indica certo desconhecimento do mercado e de gestão.



Gráfico 01: Principais dificuldades no gerenciamento de micro e pequenas empresas ativas no período de 2003 à 2005

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2007

As questões das políticas públicas e do arcabouço legal serão abordadas nos próximos tópicos. Sobre as causas econômicas conjunturais, é sabido que os pequenos negócios são os mais afetados com mudanças que ocorram nesse ambiente, o que ocorre pela vulnerabilidade do segmento. A questão dos tributos, por sua vez, é historicamente um problema grave no Brasil, que possui um sistema de arrecadação complexo e de com carga tributária elevada para os parâmetros internacionais. Essa situação leva a sociedade como um todo a um esforço tributário elevado, limitando sua capacidade de gerar lucro e assim sua competitividade.

Entre as falhas gerenciais, a pesquisa mostra que as principais ocorrências foram a escolha de ponto inadequado, falta de conhecimentos gerenciais e desconhecimento do mercado, o que aponta para um problema da falta de preparo e planejamento inicial dos empresários, situação que embora problemática, tem mostrado sinais de melhora ao longo dos últimos anos, como será mostrado a seguir.

Observa-se que a questão do crédito não é unânime entre os empresários. De fato, não é possível dizer que existe falta de crédito bancário para o segmento, dado que no Brasil existem diversas linhas especiais de financiamento voltadas para os pequenos negócios. No entanto, como aponta La Rovere (2001), a exigência de estar em dia com as obrigações fiscais exclui grande parte das MPE. Além disso, as grandes empresas conseguem no mercado condições de crédito mais favoráveis que as pequenas.

A mesma pesquisa do SEBRAE também analisou quais foram os fatores determinantes para as empresas bem sucedidas, buscando compreender o que foi determinante para o

avanço nesse triênio no número de empresas sobreviventes. Aponta-se a existência de dois fatores principais, o primeiro relacionado à melhora no ambiente econômico e o segundo a maior qualidade empresarial. “No ambiente econômico ocorreram a redução e o controle da inflação, a gradativa diminuição das taxas de juros, o aumento do crédito para as pessoas físicas e o aumento do consumo, especialmente das classes C, D e E.” (SEBRAE, 2007, p.4).

Sobre a qualidade empresarial, observou-se uma maior qualificação dos empresários em atuação.

“Os empresários que têm curso superior completo ou incompleto já são 79% do total, e aqueles com experiência anterior em empresa privada subiram de 34% para 51%. Em resumo, temos atualmente empresários muito mais capacitados para enfrentar os desafios do mercado.” (SEBRAE, 2007, pg.4).

Com o ambiente econômico mais favorável e a maior assimilação da importância da qualificação para a gestão de uma empresa por parte dos empresários, é normal que os resultados dos pequenos negócios tenham apresentado melhora. No entanto, como já elucidado, os problemas para o desenvolvimento das MPE ainda são muitos e a questão deve ter a atenção do Estado.

3.3 Possibilidades e limitações da intervenção do Estado

A heterogeneidade do universo dos pequenos negócios é um grande desafio à implementação de políticas a eles destinada. Quando nos referimos a MPE estamos falando de um grupo que abarca diversos setores, com diferentes perspectivas de crescimento e necessidades por vezes específicas. Nesse sentido, a formulação de política sofre de um *trade off*. Mais vale a realização de medidas generalizadas que abarquem um maior número de empresas ou medidas específicas que abarcam menos empresas, mas que tendem a trazer resultados mais eficientes?

A ação do Estado também é dificultada pelo baixo grau de organização, mobilização e de consciência de grupo entre os empresários de MPE, o que segundo Bedê (2004), gera como consequência natural uma sub-representação nos grandes processos de tomada de decisão. Essa situação contribui para que parcela das ações e serviços de apoio governamental não os atenda, uma vez que, em decorrência da assimetria informacional, esses são moldados de maneira inadequada às características desses negócios.

Outro problema observado se trata da necessidade de seleção do público a quem a política se destina. Cabrera *et al* (2002) aponta que para que esse tipo de política traga o efeito desejado é preciso realizar medidas que selecionem apenas as MPE eficientes. Como já mencionado, é normal que existam bons e maus projetos entre os pequenos negócios. Políticas de apoio generalizado às MPE teriam, segundo o autor, apenas o efeito de retardar a saída de um grande número de empresas menos produtivas, o que pode ser visto como desperdício de recursos públicos.

Na opinião de Levitsky (1996), é preciso que exista em alguma forma apoio institucional que trabalhe pelo segmento de MPE, com a função de identificar as necessidades específicas de cada empreendedor e providenciar ajuda adequada. Esse apoio, para que seja realizado de forma eficiente, deve ocorrer a nível local, com atendimento direto e acessível ao empreendedor de pequenos negócios. O problema, na aplicação dessa medida, é a dificuldade de levar mão-de-obra qualificada para dar suporte às MPE no interior. Existem maiores incentivos para que essa mão-de-obra fique na capital, o que acaba por comprometer a qualidade do suporte prestado no interior, onde concentra-se o maior número de MPE.

Para La Rovere (2001), o apoio as MPE deve buscar estimular a formação e a consolidação de redes, de forma a criar alianças estratégicas que possibilitem o compartilhamento de informação e de custos, aumento do potencial de investimento e inovação dessas empresas. A autora é crítica às políticas de apoio a empresas isoladas e defende o encorajamento de atividades inovadoras a partir da formação de redes.

A construção de redes ou clusters de empresas tem se mostrado uma nova tendência em solução para muitas das limitações ligadas a MPE. Por *clusters*, entende-se “concentrações geográficas de empresas e instituições que se relacionam em um setor particular” (PUGA, 2003), onde se podem encontrar indústrias correlatas e de apoio, ou outras entidades importantes como instituições governamentais, associações governamentais e centros de pesquisa.

O modelo tem sido incentivado, em parte, pelo grande sucesso da experiência na Emilia Romana, na Itália. Nessa região, a partir da intervenção da Agência de desenvolvimento da Emilia Romagna (ERVET), criada em 1974, foi elaborado um plano de valorização dos distritos industriais existentes nas várias províncias da região. Rompendo com padrões tradicionais de investimento baseado em vantagem competitiva, o que se busca na Emilia Romana é o desenvolvimento de vantagens competitivas dinâmicas, que se apóiam na existência de infraestrutura local adequada, na oferta de mão-de-obra qualificada, na proximidade com centros de pesquisa e no acesso a meio modernos de comunicação. A consequência dessa

situação é que as MPE participantes desses distritos industriais apresentam inúmeros benefícios e, devido ao elevado grau de associativismo e cooperação, possuem competitividade internacional. Destaca-se que a viabilidade desses arranjos foi possível devido ao processo de planejamento territorial com alta interação público-privada que objetivava assegurar a qualidade de vida dos habitantes.

Segundo Levitsky (1996), estudos indicam que o tamanho não é a real causa da fragilidade dos pequenos negócios. O maior problema estaria no isolamento, que traz implicações como a baixa capacidade de influenciar o mercado e a política. A formação de redes implica uma possibilidade de obter ganhos de eficiência e flexibilidade. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso que o governo crie condições para que as empresas mudem de mentalidade, passando a acreditar na cooperação como forma de ganhar em competitividade. Nesse universo é importante que exista também a cooperação de escolas técnicas, universidades e institutos de pesquisas, de forma a estimular a inovação dentro das MPE.

A opinião dos empresários sobre quais seriam as medidas prioritárias foi pesquisada pelo SEBRAE e pode ser visualizada no gráfico 02. Entre os fatores assinalados, tratamento tributário diferenciado e crédito preferencial são considerados como as medidas mais prementes.

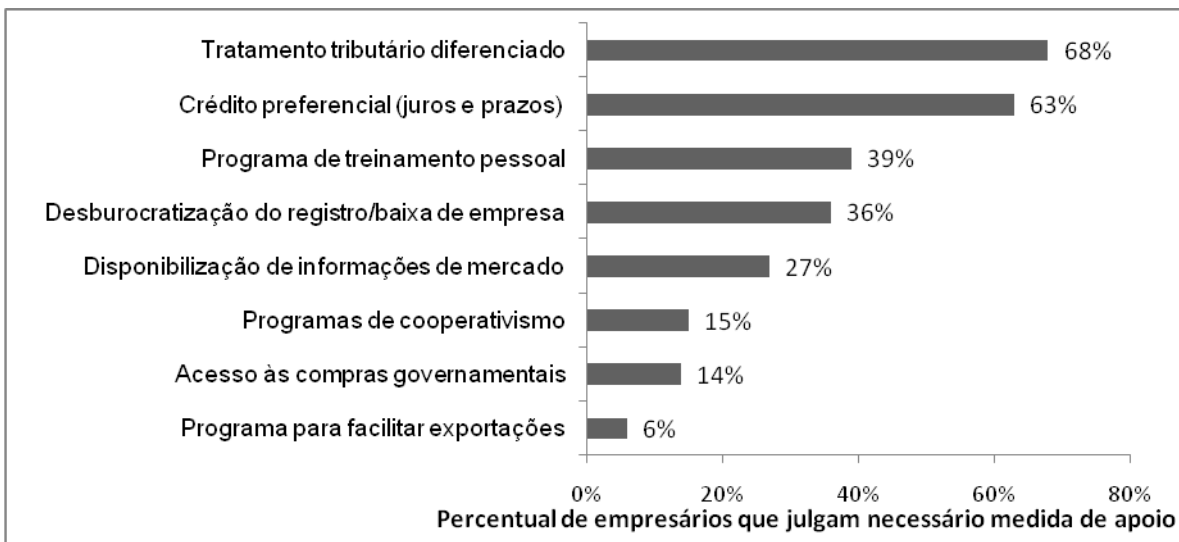


Gráfico 02: Medidas de apoio às micro e pequenas empresas apontadas por empresários ativos - 2005

Fonte: Adaptado de SEBRAE, 2007

3.4 Marcos de políticas públicas e ações de apoio no Brasil

As primeiras medidas concretas de apoio ao segmento dos pequenos negócios surgiram no Brasil por volta da década de 80, junto à desaceleração da economia. As pequenas empresas ganharam espaço por serem vistas como uma boa alternativa para ocupação da mão-de-obra excedente decorrente no nível crescente de desemprego.

O primeiro grande marco para as MPE se deu em 1984, com a implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei nº 7.256/84), que reuniu diversos assuntos de interesse para o segmento. O Estatuto foi completado ainda por outras leis, das quais se destaca a lei 7.256/84, que estabeleceu o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. Esse tratamento foi também incluso na Constituição de 88 (Artigo 179), reafirmando a importância dos pequenos negócios na economia brasileira.

Em 1990, outro importante marco, foi a transformação do Centro Brasileiro e Assistência Gerencial à Pequena Empresa – CEBRAE em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. A mudança fez ampliar as funções da entidade, transformando-a em referência na busca pelo fortalecimento do empreendedorismo e aceleração do processo de formalização da economia. A rede SEBRAE, que tem presença em todas as unidades da federação, é uma entidade privada sem fins lucrativos que atua por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e inovação e estímulo ao associativismo, entre outros.

Nessa mesma época, foram criadas no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil linhas especiais de crédito voltadas para os pequenos negócios. As novas linhas fizeram crescer o número de empresas que utilizam de financiamentos. No entanto, pesquisas recentes apontam que ainda é preciso que se desenvolvam produtos específicos de crédito que sejam mais consistentes com as características das MPE.

Um dos avanços mais marcantes se deu em 1996 com a chamada Lei do Simples (lei 9.317/96), que dispunha sobre o regime tributário dos pequenos negócios e instituía o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte – SIMPLES, dando real forma ao tratamento diferenciado previsto pelas leis anteriores. Para se obter benefícios fiscais, até então existiam apenas duas opções para o empresário de pequenas empresas, ou se mantinha como microempresa ou se equiparava as

grandes organizações, o que implicava o cumprimento de exigências fiscais e tributárias significativamente mais rígidas. Com o Simples foi instituído um mecanismo de tributação baseado na capacidade de gerar receita da empresa. Houve a unificação dos principais impostos e contribuições previstas pela legislação federal em um único pagamento mensal apurado conforme faixas de percentuais que tinham como base de cálculo a receita bruta gradativa.

A medida animou o segmento das MPE e foi possível observar resultados concretos como a redução do gasto com tributos e a menor complexidade da cobrança. Um impacto negativo da medida foi a multiplicação dos conceitos de microempresa, que se diferiam na lei do Simples e no Estatuto, dificultando a percepção dos benefícios concedidos.

Em 1999 foi sancionado o novo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841/99). Os principais avanços dessa lei foram a redefinição do conceito de microempresa e empresa de pequeno porte, reduzindo a confusão provocada pelas leis anteriores e a previsão de criação de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Nacional. Esse segundo ponto será discutido nos próximos capítulos.

Mais recentemente, o Estatuto e a Lei do Simples foram substituídos pela Lei Complementar 123 de 2006, também conhecida como Lei Geral, que integra em uma única lei os benefícios tributários e empresariais voltados para o segmento. A Lei Geral institucionalizou a identidade da MPE, definindo seu conceito que até então não existia. Na questão tributária, foi centralizado o recolhimento de determinados tributos federais, estaduais e municipais na pessoa política da União, trazendo novos ganhos para a simplificação do processo, que mesmo após o Simples, ainda exigia uma série infundável de obrigações acessórias (apresentação de declarações, preenchimento de guias, escrituração de livros, formulários virtuais, etc.). A lei também introduziu a questão da facilitação do acesso a mercados, criando mecanismos para privilegiar os pequenos negócios em processos de licitação. Foram estabelecidas ainda prerrogativas de ordem administrativa, empresarial, financeira e comercial com vista à desburocratizar a implantação de MPE e facilitar sua permanência no mercado.

Apesar dos avanços concretos para o segmento, nem todas as intenções do Estado foram conquistadas a partir das medidas adotadas. Como mostrado anteriormente, a burocracia e a alta carga tributária do país ainda afeta de forma grave as empresas, sendo motivo para o encerramento de muitas delas. Além disso, muitos empresários desconhecem seus direitos, o que aponta para uma falha de comunicação das ações tomadas pelo governo.

4. O PROJETO DO FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (FOPEMIMPE)

Esse capítulo irá apresentar o histórico da criação do FOPEMIMPE e descrever seus objetivos, sua estrutura e composição.

4.1 Histórico

Para apresentação do histórico do FOPEMIMPE serão elucidados os principais marcos que influenciaram seu processo de criação.

X.1.1 O Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa (FOMIMPE)

O início da década de 90 foi marcado por alguns trabalhos que exigiram a mobilização e organização de entidades de apoio ao segmento de MPE e empresários. Um dos primeiros movimentos nesse sentido se deu a partir da demanda por um regime diferenciado de ICMS. A partir da negociação de empresários, entidades representativas e secretários de estado se criou o REMIPE - Regulamento da Microempresa, da empresa de pequeno porte, do microprodutor e produtor de pequeno porte, que consolidou um regime especial de tributação para a pequena empresa. Um movimento parecido se deu com a criação do Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte Micro-Gerais e o programa de crédito FUNDESE/GERAMINAS, também construídos a partir do encontro de entidades representativas.

A partir da consolidação de resultados para o segmento das MPE, deu-se início a um processo informal de construção de uma rede entre os atores que estavam envolvidos nesses movimentos. Percebeu-se o valor da atuação articulada de atores e da construção de uma agenda única para as MPE. Diante desse contexto, começou-se a perceber a importância da construção de um espaço que possibilitasse o encontro de entidades representativas e de apoio do segmento para discutir a questão da MPE e orientar a atuação dos atores.

No ano de 2000, por idealização e realização do Conselho da Micro e Pequena Empresa da AC Minas, da Associação Mineira da Pequena e Média Empresa (AMIPEME) e do SEBRAE-MG, ocorreu a primeira edição do Fórum Mineiro de Lideranças das Micro e Pequenas Empresas, posteriormente batizado de Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa (FOMIMPE). Esse projeto tinha como o objetivo geral criar um espaço para integrar e fortalecer a representatividade das micro e pequenas empresas no estado a partir da discussão de seus problemas e possíveis soluções. O FOMIMPE tinha como principal meta:

a conscientização empresarial de que é necessária uma visão estratégica comum sobre os temas que interferem direta ou indiretamente na vida das micro e pequenas empresas, quais sejam, a tributação, o crédito, a capacitação, a informação, o associativismo e o cooperativismo de empresas. (AMARAL, 2008)

O FOMIMPE foi idealizado de maneira a não se constituir uma entidade representativa. O fórum buscava ser apenas um espaço de encontro e discussão para alinhamento das entidades empresariais existentes, buscando a convergência das informações e opiniões dos representantes para contribuir na implementação de políticas que venham sustentar às micro e pequenas empresas, mas respeitando as individualidades dos participantes.

Enquanto existiu, foram realizados entre o ano de 2000 a 2008 nove edições do FOMIMPE. A evolução dessas edições pode ser visualizada no quadro 01:

Edição	Ano	Participação		Abordagem
		Pessoas	Entidades	
I	2000	40	25	Discussão da importância da integração das entidades representativas.
II	2001	70	35	Percepção da necessidade de uma maior profissionalização do FOPEMIMPE.
III	2002	100	40	Formação da primeira agenda de trabalho a ser cumprida até o próximo Fórum.
IV	2003	136	95	Formação de seis Grupos de Trabalhos (Estruturação do FOPEMIMPE, Projetos Específicos, Desenvolvimento Humano, Tributação, Competitividade e Crédito) com planos de ação específicos.
V	2003	140	100	Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho e continuidade da discussão dos assuntos definidos no Fórum anterior.
VI	2004	150	108	Discussão sobre Lei Geral, o Programa Simples Minas e Compras Governamentais com formação de novos grupos de trabalho desses temas.
VII	2005	190	115	Debate sobre a minuta da nova Lei Geral (que estava em fase de tramitação)
VIII	2007	150	121	Debate dos temas capacitação, crédito, tributação, desburocratização, compras governamentais, inovação, ciência, tecnologia e Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.
IV	2008	328	186	Comunicação oficial da criação do FOPEMIMPE.

Quadro 01: Evolução nas edições do Fórum Mineiro da Micro e Pequena Empresa (FOMIMPE)
Fonte: Adaptado de AMARAL, 2008

A estrutura e metodologia aplicada para o funcionamento do FOMIMPE mudaram conforme os anos, se adequando de acordo com as lições aprendidas nas edições realizadas. Destaca-se que a questão da profissionalização e a necessidade de planos de trabalho foram percebidas desde cedo como fundamentais para o sucesso do Fórum.

A metodologia dos Grupos de Trabalho, construída no FOMIMPE, trata da formação de grupos montados com base nos temas escolhidos e validados pela plenária do Fórum. A proposta é que esses grupos se encontrem fora da plenária, no intervalo de tempo entre as edições do Fórum, para dar execução ao plano de trabalho previamente estabelecido, encaminhando aos responsáveis para a possível execução das propostas debatidas. Posteriormente, essa metodologia foi adaptada para o FOPEMIMPE.

Ressalta-se que muitos dos temas debatidos no FOMIMPE vieram a se concretizar, como são o caso da Lei Geral e o Programa Simples Minas. Não é possível afirmar que esses foram conquistas diretas do FOMIMPE, uma vez que, ao não se tratar de uma entidade, o fórum não tem poder de ação própria. No entanto, esses foram temas amplamente debatidos nas plenárias e há indícios que essa discussão teve influência nos rumos tomados.

Apesar dos resultados, durante a existência do FOMIMPE muitos problemas foram detectados no que se refere à concretização dos seus objetivos. Primeiramente, era necessário esforço significativo para o convencimento das entidades representativas sobre a importância do evento. Além disso, quase não havia participação do governo, o que inviabilizava a realização de muitas ações propostas. Faltava também a atuação de um ente coordenador que lograsse manter o trabalho contínuo dos grupos de trabalho. Esses fatores fizeram com que muito trabalho se perdesse entre a realização dos fóruns, impedindo o maior sucesso do projeto.

4.1.2 O Fórum Nacional

Paralelamente ao que ocorria em Minas Gerais, pela também influência dos resultados conquistados para a questão da MPE no país, foi autorizada em 1999, junto ao Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99), a criação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP) em âmbito nacional. O FPMEPP tinha a finalidade de gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido assegurado aos pequenos negócios pela Constituição Federal (arts. 170 e 179). Sua implantação pode ser vista

como um reconhecimento do Estado da necessidade de participação nos processos de construção da agenda política.

O fórum foi instalado em Brasília, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no dia 8 de novembro de 2000. A idéia do projeto era a criação de um espaço de discussão permanente voltado à questão das pequenas empresas. Buscava-se com o Fórum ampliar o diálogo entre o governo e setor privado, de forma a orientar e assessorar na formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, assim como acompanhar e avaliar a sua implantação.

O FPMEPP se traduz como “um espaço de debates e de conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de medidas e políticas voltadas ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte” (CERVIERI, 2008). É estruturado em seis comitês temáticos:

- I - Desoneração e Desburocratização;
- II - Comércio Exterior;
- III - Tecnologia e Inovação;
- IV - Investimento e Financiamento;
- V - Rede de Disseminação, Informação e Capacitação; e
- VI - Compras Governamentais.

Os comitês tratam áreas temáticas abrangentes e relacionadas, tidas como a tradução dos fatores que podem impulsionar ou reduzir a competitividade empresarial. Cada comitê possui um coordenador de governo designado pela Secretaria Técnica do Fórum, além de um coordenador da iniciativa privada eleito pela maioria absoluta das entidades de apoio. A opção pela divisão em temas se justifica pela necessidade de direcionar a discussão para vários fatores, evitando uma possível concentração em um único tema específico de mais fácil percepção, o que poderia limitar a atuação do fórum.

Observa-se que a questão da tributação, apesar de sua inquestionável influência na competitividade das empresas, não é abarcada pelos comitês. Isso se deve ao entendimento que essa seria uma matéria para Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda. A grande relevância do tema, do entanto, faz com que muitos atores interpretem essa exclusão como um equívoco e hoje existem projetos de lei para que haja a inclusão da questão tributária no FPMEPP.

No fórum participam entidades de apoio e de representação do segmento de MPE, órgãos governamentais, representantes dos Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte e o SEBRAE, este último na condição de entidade parceira do Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na formulação e execução de medidas, ações e políticas públicas orientadas às microempresas e empresas de pequeno porte. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2009)

De maneira geral, o fórum funciona da seguinte forma: são elaboradas e deliberadas propostas dentro de cada comitê, que em seguida são apresentadas para a Secretaria Técnica do Fórum para aprovação. Quando aprovadas as propostas são novamente apresentadas em assembléia. Se existir consenso sobre sua execução, encaminha-se a proposta para o órgão responsável pertinente. O fluxograma desse processo pode ser observado na figura 01:

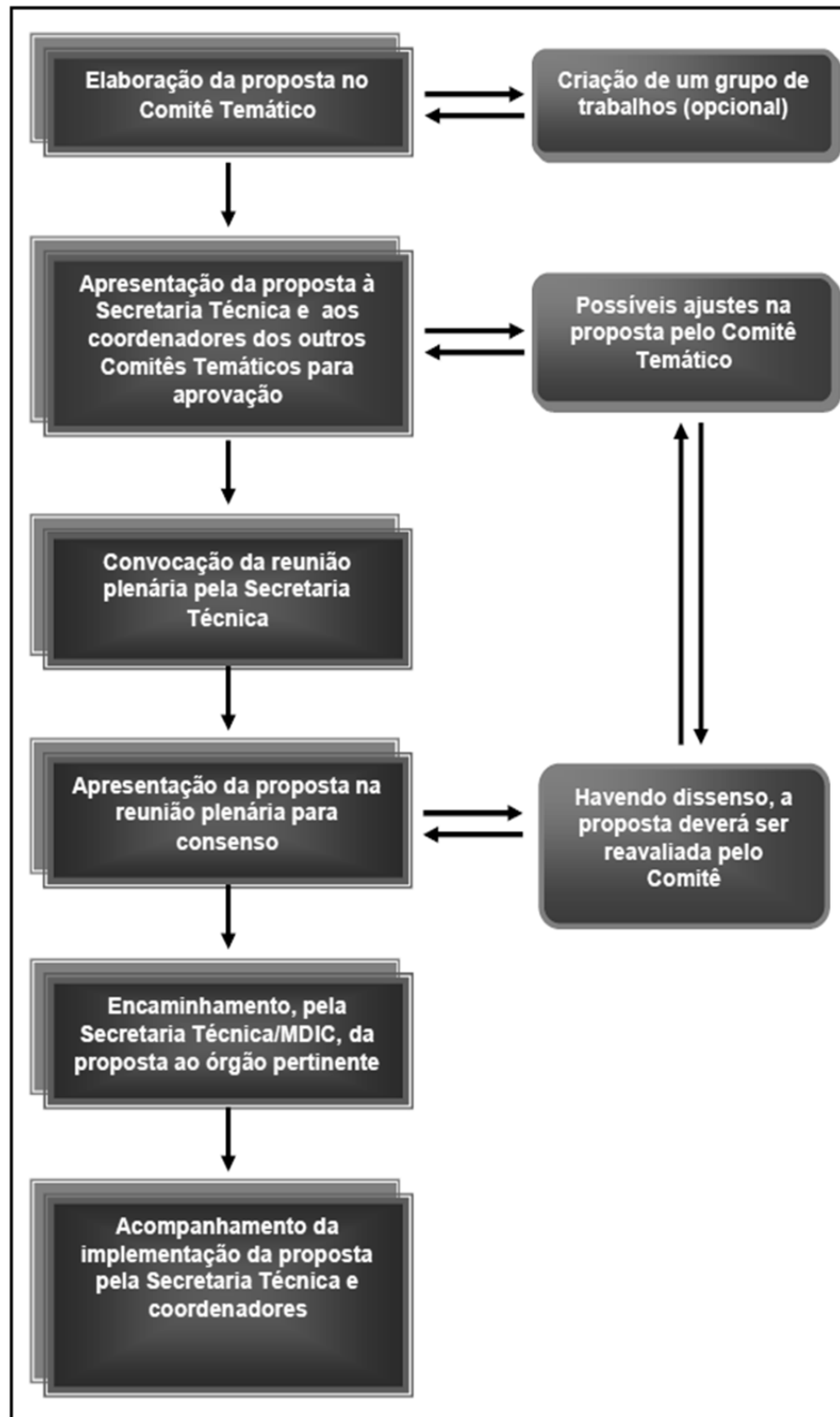


FIGURA 01: Processo de encaminhamento das propostas do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMEPP)

Fonte: Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 2009

4.1.3 A Lei Geral

Um importante marco político no tratamento das MPEs, como já elucidado, se deu a partir da Lei Complementar 123, sancionada em dezembro de 2006 como o novo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte ou Lei Geral. A lei regulamentou vários aspectos ligados ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido aos pequenos negócios e legitimou o FPMEPP como a instância federal responsável pelos aspectos não tributários desse tratamento, como mostra o artigo abaixo.

Art. 2º O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I – Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Federal e 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Previdenciária, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários; e

II – Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos.
(LC 123/2006)

Outra disposição relevante à consolidação dos Fóruns voltados para o segmento de MPE, se trata do artigo a seguir:

Art. 76. Para o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o poder público, em consonância com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, deverá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior coordenará com as entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte a implementação dos fóruns regionais nas unidades da federação.
(LC 123/2006)

A Lei Geral pode ser interpretada como a formalização da vontade do Estado em consolidar os fóruns para a microempresa, fomentando a criação de canais de comunicação permanentes entre empresários e governo nas diversas esferas da União, de forma a respeitar as peculiaridades de cada local.

Apesar do caráter facultativo da instalação de Fóruns Regionais, todas as 27 unidades da Federação manifestaram esse interesse (CERVIERI, 2008) e, atualmente, 17 encontram-se

em processo de instalação. Aos Fóruns Regionais compete, em suma, trazer às discussões do FPMEPP questões, políticas e demandas oriundas da sua representatividade local, bem como, fomentar a criação dos Fóruns Municipais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.1.4 O Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE)

O governo do estado de Minas Gerais, após a promulgação da Lei Geral e o incentivo do FPMEPP, se viu interessado na criação de um fórum permanente com sua coordenação. Como o FOMIMPE já atuava nesse sentido, optou-se por adequar a sua forma, aproveitando o trabalho já desenvolvido. Em 2008, pelo Decreto 44.853, foi então instituído o Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE), presidido pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Desde sua criação, o FOPEMIMPE realizou três assembleias gerais. Nas duas primeiras edições, de maneira geral, foram acertados tópicos relacionados à sua estruturação, apresentando pouco avanço nas deliberações dentro dos comitês temáticos. Apenas na última assembleia, que ocorreu em maio de 2010, foram apresentadas propostas, marcando o efetivo início do trabalho dos comitês temáticos.

4.2 Estrutura

O FOPEMIMPE é estruturado de forma semelhante ao FPMEPP. Sua formação é composta pelas instâncias da Plenária, do Conselho Deliberativo, da Secretaria Técnica e dos Comitês Temáticos. A Plenária é composta por todos os membros efetivos do FOPEMIMPE, ela se forma duas vezes ao ano em assembleia geral ordinária, podendo também ocorrer edições em caráter extraordinário. Na Plenária são discutidos temas de interesse das MPE e apresentadas propostas de políticas públicas e ações para o segmento.

Por sua vez, cabe ao Conselho Deliberativo tomar as decisões sobre a pauta das assembleias, composição de membros, entre outras questões referentes ao funcionamento do fórum. O Conselho é formado por dez membros com mandato de dois anos, devendo cinco

deles serem entidades de apoio e de representação do segmento de MPE e os outros cinco serem órgãos governamentais, tendo a SEDE representação permanente.

A função da Secretaria Técnica, exercida pela Superintendência de Comércio e Serviço da SEDE, é de maneira geral prestar apoio técnico e administrativo para a operacionalização do fórum e dirigir os trabalhos dos Comitês Temáticos. Para o desenvolvimento desse trabalho, a Secretaria Técnica recebe apoio do SEBRAE, entidade conveniada por tempo determinado para preparar as assembleias e demais atividades do FOPEMIMPE.

Os Comitês Temáticos, formados por livre adesão dos representantes dos membros ou convidados, é a instância responsável pela articulação, desenvolvimento de estudos, elaboração de propostas e encaminhamento dos temas específicos que deverão compor a agenda de trabalho e a formulação de políticas públicas do FOPEMIMPE. Os temas escolhidos para os comitês são dinâmicos, podendo mudar, se aprovado pelo Conselho Deliberativo, para se adequar ao trabalho e demandas do fórum.

Atualmente, são sete os comitês temáticos, sendo eles:

- I – Racionalização Legal e Burocrática;
- II – Investimentos, Financiamentos e Créditos;
- III – Formação e Capacitação Empreendedora;
- IV – Qualidade e Inovação;
- V – Comércio Exterior e Integração Internacional;
- VI – Informação; e
- VI – Acesso a mercados (Compras Governamentais).

Cada comitê temático possui um coordenador, que exerce função de articulador e facilitador do grupo. Cabe ao coordenador incentivar os participantes de seu comitê para contribuir com sugestões e trabalhar pelo grupo, mantendo-os motivados e informados. De forma complementar, existe ainda a figura do coordenador dos comitês temáticos, que é responsável por articular os comitês e intermediar a comunicação entre os comitês e a Secretaria Técnica.

4.3 Composição e Participação

A composição dos membros do FOPEMIMPE é formada por órgãos governamentais e entidades de apoio e de representação do segmento de microempresas, devendo o número de entidades não-governamentais ser sempre igual ou inferior ao número de entidades governamentais.

Destaca-se que existem condições para que as entidades não-governamentais se tornem membros, devendo estas atuar comprovadamente com iniciativas relacionadas ao segmento de MPE, ter atuação estadual ou regional e pelo menos três anos de existência.

Participam também do fórum empresas de pequeno porte, mas na condição de não membros. No caso, os empresários participam dos comitês temáticos, sendo livres para propor idéias e acompanhar o trabalho desenvolvido, embora sem direito a voto nas assembléias. São também convidados para participação representantes dos Fóruns Municipais instalados em Minas Gerais, que tem espaço para apresentar boas práticas e encaminhar demandas.

Em termos práticos, quase não existe diferença entre os participantes membros e não membros, todos tem o mesmo peso na expressão de sua opinião. Existe, no entanto, um controle sobre a frequência da participação dos membros, que podem ser excluídos caso deixem de comparecer seguidamente às atividades do fórum. Esse controle, contudo, não é aplicado com rigidez, pois não existem mecanismos formais para a contabilização da presença nos comitês temáticos ou regras claras sobre as penalidades.

A maior diferença de tratamento está entre os membros do Conselho Deliberativo e os demais, uma vez que são no conselho que ocorrem as votações relacionadas ao funcionamento do fórum. Dessa maneira, são os representantes das entidades que compõem o Conselho que tem maior poder de decisão.

Sobre a questão da representação, a opinião dos entrevistados é de que os participantes do FOPEMIMPE não conseguem abarcar todos os segmentos da MPE. Isso se deve em grande parte pela grande heterogeneidade do universo dos pequenos negócios, o que acaba por inviabilizar uma maior capacidade de representação.

Os participantes nos comitês temáticos têm sido de pessoal técnico. No geral, participam técnicos das entidades de apoio ou representação e do governo, que trabalham em sua instituição dentro da área temática debatida pelo comitê que participa. Observa-se, contudo, uma grande rotatividade entre os participantes dos comitês, o que tem sido uma reclamação usual entre os coordenadores. Isso ocorre muitas vezes em função da própria

rotatividade de quadro dentro das instituições que compõe o fórum, o que implica na mudança dos representantes indicados para participação. Além disso, existe uma dificuldade de manter todos os participantes envolvidos e interessados no trabalho, já que esse é desempenhado voluntariamente.

A média de participantes nos comitês tem sido algo em torno de nove pessoas. Esse número, no entanto, não possui grande relevância na opinião dos coordenadores, que valorizam a qualidade (capacidade de contribuição) dos participantes em detrimento da sua quantidade. Sobre esse ponto, observa-se uma variedade entre os comitês temáticos. Alguns coordenadores consideram que seus participantes representam peças chaves para lograr a viabilização das propostas debatidas. Por outro lado, também é comum a reclamação da falta de representação de algumas entidades, que por vezes, mesmo como membros, não têm presença ativa dentro do fórum. Além disso, muitos dos participantes não possuem capacidade para levar as propostas debatidas dentro do fórum ao alto escalão da entidade que representa. São pessoas que contribuem, mas com baixo poder de atuação. Trazer pessoas com efetivo poder de atuação é apontando como uma grande dificuldade, o que tem limitado a capacidade de consolidação da agenda construída dentro do fórum.

Os números de participantes em cada comitê podem ser visualizados no gráfico 3.

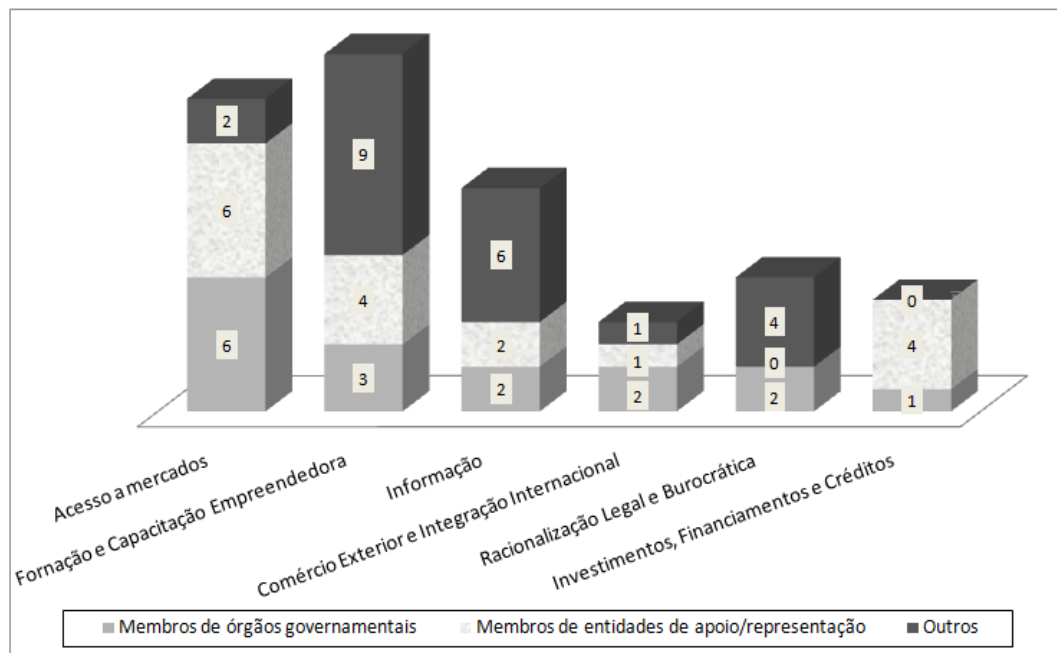


GRÁFICO 03: Participantes inscritos e frequentes nos comitês temáticos em 2010

Fonte: Fórum Permanente Mineiro de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 2010

Notas: (a) Não foi ilustrado comitê de Qualidade de Inovação devido indisponibilidade dos dados. (b) Foram contabilizados os participantes com frequência superior a mais de uma reunião, segundo relatório do coordenador.

5. A FORMULAÇÃO E O ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTAS NO FOPEMIMPE

Esclarece-se que o FOPEMIMPE, como já apresentado, iniciou o trabalho efetivo de apresentação e desenvolvimento de propostas apenas em sua última assembléia geral, no primeiro semestre de 2010. Devido ao pouco intervalo de tempo, não foi possível, por meio dessa pesquisa, realizar uma análise mais aprofundada das questões apresentadas. Dessa forma, o que se pretende nesse capítulo é apresentar o panorama geral de como isso tem funcionado e quais são as expectativas para o futuro.

É válido destacar que, apesar dos resultados pouco palpáveis em relação às propostas, é percebido entre os atores participantes do fórum o reconhecimento da criação de um espaço favorável ao diálogo. Discutir a questão da pequena empresa é tido como natural e desejável. Esse é um ganho inquestionável do FOPEMIMPE, que tornou a discussão das questões da pequena empresa algo institucional e permanente, conquistando espaço na agenda política.

5.1 Como funcionam

Os debates no FOPEMIMPE ocorrem dentro dos comitês temáticos, visando à proposição e execução de propostas. Salienta-se que a participação nos comitês ocorre por livre adesão e qualquer pessoa tem liberdade para fazer sugestões. As propostas devem ser discutidas e trabalhadas pelo grupo, de forma que se torne claro o meio para sua execução.

A execução das propostas não é de responsabilidade do FOPEMIMPE, uma vez que este não se configura como uma entidade e não possui ação própria. A responsabilidade da execução é das entidades participantes do fórum, sendo o FOPEMIMPE apenas um meio para facilitar o encaminhamento das propostas aos possíveis responsáveis.

O processo de encaminhamento das propostas observado no FOPEMIMPE pode ser visualizado na figura 02.

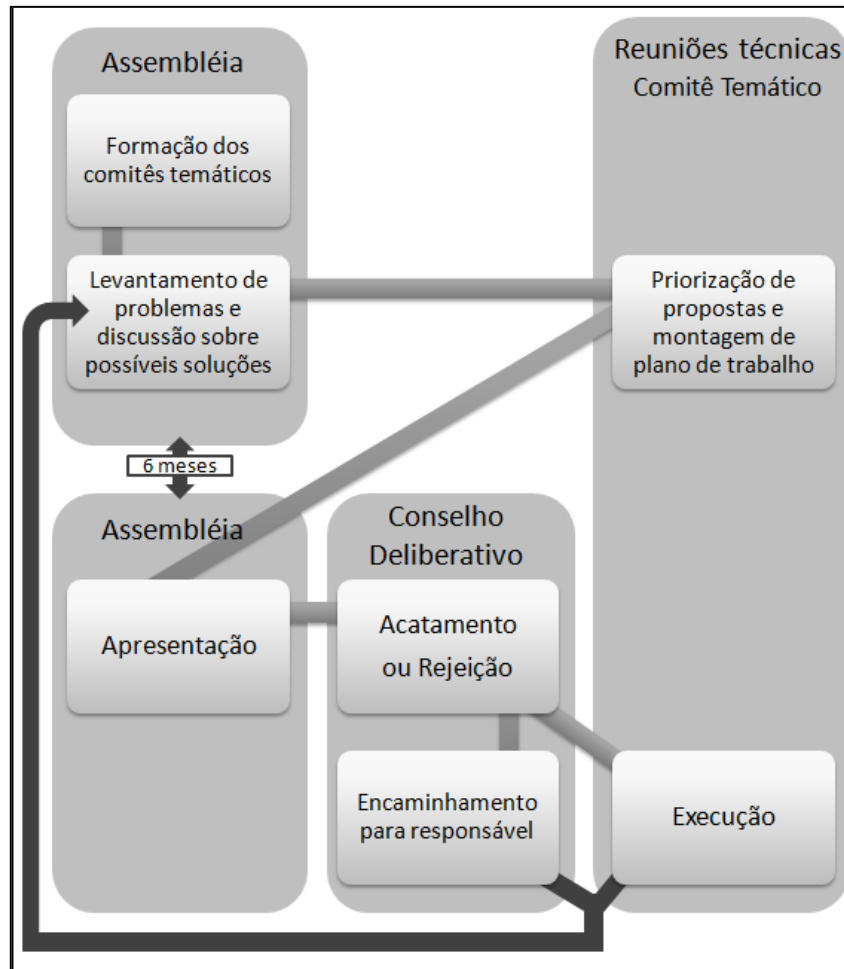


FIGURA 02: Processo de encaminhamento das propostas do Fórum Permanente Mineiro de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMIMPE)
Elaboração: da autora

É importante ressaltar que o processo ilustrado não é rígido, tratando-se apenas do procedimento mais comum, observado durante a pesquisa. Durante a Assembleia, há espaço para a e composição dos comitês temáticos e para a deliberação sobre os problemas dentro da área temática, apontando possíveis soluções. Não existe uma metodologia pré-definida para seleção das propostas dentro dos comitês, cabendo a cada coordenador dirigir seu grupo da forma que lhe convier. Em geral, busca-se a produção de consensos a partir de dinâmicas em grupos, podendo qualquer participante, independente da entidade que representa ou cargo, contribuir.

Fica a cargo de cada comitê se organizar, podendo realizar reuniões técnicas fora do momento da Assembleia, para transformar as sugestões em propostas oficiais e montar um

plano de trabalho. Novamente, não existe um plano ou cronograma a ser seguido imposto pela Secretaria Técnica ou pelo Conselho Deliberativo. Cada comitê é livre para definir como seu trabalho será desenvolvido.

A prática comum são reuniões mensais e a manutenção de contato virtual entre os participantes dos comitês. Uma reclamação usual entre os coordenadores trata-se da baixa participação da SEDE nessas reuniões técnicas, participação que é vista como fundamental para sanar dúvidas e direcionar o trabalho.

A Secretaria Técnica orienta aos comitês que priorizem suas propostas, sugerindo que sejam selecionadas apenas duas para serem executadas por vez. Essas propostas devem ser apresentadas em Assembléia e aprovadas pelo Conselho Deliberativo, que pode sugerir os meios para sua execução.

Destaca-se, no entanto, que não existem mecanismos formais para forçar o cumprimento desse processo, ficando a proposição e execução de propostas sujeitas a vontade das entidades participantes e seus representantes. Fica a cargo da SEDE, como entidade presidente do FOPEMIMPE, zelar pela manutenção desse trabalho, monitorando e acompanhando o desenvolvimento das propostas.

A SEDE é tida também como grande responsável pela viabilização do encaminhamento das propostas para os responsáveis pertinentes. Essa responsabilidade não é explícita no regimento interno do fórum, mas é uma interpretação usual entre os coordenadores e demais participantes. É importante destacar, nesse contexto, que ainda não existem canais institucionalizados que viabilizem esse encaminhamento de forma prática.

5.2 As propostas atuais

Em maio de 2010 foram apresentadas oficialmente em assembléia 22 propostas pelos comitês temáticos. Para cada proposta, foi apresentada a descrição da ação, sua justificativa, os responsáveis e o momento para execução. A aprovação oficial das propostas apresentadas ocorreu em setembro de 2010 durante reunião do Conselho Deliberativo. Apesar do intervalo temporal entre a apresentação e a aprovação, a maior parte das propostas já havia sendo trabalhada com vistas a sua aprimoração ou execução. As propostas apresentadas podem ser visualizadas em resumo pelos quadros a seguir:

Comitê Temático	Proposta de Ação
Acesso a mercados (Compras Governamentais)	Estudar a possibilidade de sistematizar, organizar e disponibilizar as informações referentes aos serviços e produtos comprados pelo governo
	Verificar a possibilidade da utilização do Certificado de Registro Cadastral dos entes federativos pelas prefeituras
	Criar um canal de comunicação entre empresários e governo
	Avaliar a possibilidade de disponibilizar preços praticados em licitações para prefeituras
	Diagnosticar o cenário atual das compras governamentais sob a ótica dos empresários das MPE no Estado de Minas Gerais por meio de pesquisa

QUADRO 02: Propostas apresentadas pelo comitê de Acesso a Mercados no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010

O comitê de Acesso a Mercados tem atuado prioritariamente sobre a questão das compras governamentais, o que, segundo pesquisa do SEBRAE apresentada anteriormente no capítulo três, é apontado por 14% dos empresários de pequenas empresas como uma medida necessária. A escolha desse tema pelo comitê é reflexo do trabalho que antes era desenvolvido no FOMIMPE, quando as compras governamentais eram consideradas um dos focos para a atuação do fórum.

Inicialmente, observa-se que as ações previstas pelo comitê focam a realização de um diagnóstico para o setor, o que visa à sustentação e ao planejamento de ações futuras. Para execução dessas ações, os envolvidos são entidades participantes do FOPEMIMPE, o que facilita sua viabilização. De acordo com a coordenadora, todas as cinco propostas estão em desenvolvimento, embora a passos morosos. Isso deve, principalmente por problemas de ordem burocrática, dificuldades em alinhar os processos pensados pelo grupo com a forma de trabalho das entidades envolvidas.

Comitê Temático	Proposta de Ação
Investimento, Financiamento e Crédito	Divulgar Boletim de Crédito (Convênio SEBRAE, Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste)
	Elaborar cartilha ou texto sobre as vantagens de se formalizar com ênfase no acesso ao crédito

QUADRO 03: Propostas apresentadas pelo comitê de Investimento, Financiamento e Crédito no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010

Observa-se que o comitê de Investimento, Financiamento e Crédito optou por uma atuação de caráter informacional, focando a melhor compreensão dos empresários em relação à situação atual do mercado de crédito. Apesar da simplicidade aparente para execução das propostas, o que pode ser pensado quando em comparação as propostas dos outros comitês, o grupo teve seu trabalho interrompido devido à dificuldade encontrada para angariar recursos e para agir em conjunto com os bancos de matriz fora do estado de Minas Gerais.

Comitê Temático	Proposta de Ação
Formação e Capacitação Empreendedora	Usar a grande mídia para divulgação, convidando-a para o desenvolvimento de campanhas; desenvolvimento de vídeo de curta duração para divulgação em escolas de ensino médio, faculdades e entidades empresariais com foco na sensibilização para a capacitação; aproveitar os espaços das assembleias do FOPEMIMPE; utilizar o programa SEBRAE negócio a negócio

QUADRO 04: Proposta apresentada pelo comitê de Formação e Capacitação Empreendedora no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010
Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010

De forma semelhante ao último comitê retratado, o comitê de Formação e Capacitação Empreendedora optou por uma atuação informacional. A argumentação para isso é de que foi percebido, a partir das discussões promovidas, que hoje já existem várias entidades que trabalham com capacitação e a grande maioria possui capacidade ociosa. Nesse sentido, é foi deduzido que o maior problema seria a falta de conscientização do empresário sobre a importância da capacitação, que poderia evitar parte das falhas gerenciais comumente realizadas pelos empresários.

Dentro das discussões do grupo foi identificado que a SEDE hoje dispõe de recursos para esse tipo de ação. Dessa forma, essa foi a linha escolhida para viabilização da ação. No momento dessa pesquisa, a proposta se encontrou em fase de estudo pela SEDE, não sendo possível a identificação das principais dificuldades para sua execução.

Qualidade e Inovação	Elaborar proposta de modificação da legislação para que empresas de base tecnológica se enquadrem no simples nacional
	Propor mecanismo para destinar parte do recurso investido em pesquisa àquela feita de forma dirigida às necessidades das MPE.
	Propor Lei do Bem em Minas Gerais - Criar mecanismo similar à lei do bem nacional no nível estadual para a utilização do ICMS.
	Estabelecer pequenas diretrizes sobre o para o estímulo à inovação para serem incorporadas na implementação da lei geral nas cidades de acordo com a vocação local
	Solicitar que editais de subvenção econômica tenham linguagem simples e exigências coerentes com a estrutura das MPE
	Levantar e agrupar informações para um Portal Único sobre a Inovação para as MPE, de forma a disseminar o conhecimento e as oportunidades
	Alterar a lei geral para que a compra dos equipamentos tecnológicos (hardware e software) necessários para a utilização do Emissor de Cupom Fiscal seja abatida no valor dos impostos a recolher
	Provocar mecanismos de extensão universitária para solução de problemas das MPE
	Introduzir na grade curricular disciplinas que proporcionem a disseminação da cultura da inovação no ensino médio. Ampliar a oferta de cursos técnicos

QUADRO 05: Propostas apresentadas pelo comitê de Qualidade e Inovação no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010

O comitê de qualidade e inovação foi o de maior número de propostas apresentadas, o que pode indicar uma dificuldade para a priorização dos trabalhos indicada pela Secretaria Técnica do FOPEMIMPE. As propostas dos comitês envolvem diversos atores, sendo muitos deles externos ao FOPEMIMPE ou de atuação federal, o que implica a necessidade de encaminhamento das propostas para o FPMEPP ou para outros possíveis responsáveis. Nesse sentido, é possível prever que a execução das propostas demande tempo considerável. Além disso, poucas das ações apresentadas possuem plano de ação detalhado e não fica claro como elas serão viabilizadas.

Comitê Temático	Proposta de Ação
Racionalização legal e burocrática	Propiciar aos municípios de Minas Gerais a implantação da Lei Geral
	Disponibilizar as informações sobre a conta-corrente fiscal e de cadastro das micro e pequenas empresas via internet.
	Integrar o procedimento de abertura e cadastro de empresas na Caixa Econômica Federal com o procedimento de “abertura de empresas” no Integrador Regional da JUCEMG para efetuar a conectividade social

QUADRO 06: Propostas apresentadas pelo comitê de Racionalização legal e burocrática no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010

A questão da implantação da Lei Geral nos municípios pode ser considerada a grande bandeira dos fóruns voltados para as MPE. Avalia-se que muitos ganhos podem ser conquistados a partir dessa implantação, que regulamentaria os instrumentos de apoio para o segmento no município. Apesar de sua obrigatoriedade, no entanto, poucos são os municípios que conhecem a lei ou compreendem suas vantagens. Nesse sentido, busca-se o apoio das entidades que compõe o fórum para divulgar a necessidade da lei, o que, em algum grau, tem acontecido.

As outras propostas do comitê dependem de externos ao FOPEMIMPE para sua viabilização, o que, como já apontado, tende a retardar sua execução.

Comitê Temático	Proposta de Ação
Informação	Criar a Equipe Permanente de Informação do Fórum, que será a responsável por disseminar e manter atualizadas as informações referentes às ações oriundas do FOPEMIMPE junto aos seus participantes e entidades envolvidas.
	Criar o portal do FOPEMIMPE na internet com a finalidade de fortalecer sua identidade e divulgar as ações promovidas pelo Fórum e pelos grupos temáticos a quem possa interessar. Este portal deverá ter um link nos portais de todas as entidades empresariais e governamentais.

QUADRO 07: Propostas apresentadas pelo comitê de Informação no Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em 2010

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010

Pensando que o bom funcionamento do FOPEMIMPE e a disseminação das informações produzidas no fórum teriam um impacto positivo para a questão da MPE, as propostas do comitê temático de Informação buscam o aprimoramento e fortalecimento do FOPEMIMPE. Para o grupo, o comitê de Informação tem também a responsabilidade de articular o trabalho dos outros comitês, e é nesse sentido que se tem trabalhado.

Na visão do coordenador, não existem grandes barreiras que impedem à execução das ações pretendidas. Resultados concretos não foram alcançados, pois as ações dependem de um trabalho integrado com a SEDE, o que demanda tempo.

5.3 Análise Geral

Destacam-se entre as propostas apresentadas três tipos de frentes de atuação, que ocorrem com maior incidência. A primeira delas são diagnósticos ou estudos de viabilidade, o

que indica que alguns comitês estão em fase inicial de trabalho. O segundo tipo são trabalhos de divulgação, que visam promover ou informar os empresários de trabalhos que já vêm sendo desenvolvidos. Por fim, são também frequentes propostas para mudanças estruturais, que exigem maior esforço e articulação entre os atores para sua concretização.

Nota-se uma grande pluralidade entre as propostas apresentadas nos comitês temáticos. São diversos atores envolvidos, incluindo ações de complexidades distintas e com impactos de proporções e em espaços temporais diferentes. Uma implicação dessa situação é a maior dificuldade de se avaliar quais poderiam ser os resultados conquistados pelo FOPEMIMPE no longo prazo. Não ficam claros, mesmo para os atores participantes, os possíveis impactos esperados pelo fórum.

Infere-se que o motivo dessa pluralidade está na grande liberdade de atuação dos comitês temáticos. Apesar da existência de um coordenador geral para os comitês, esse cumpre função de caráter predominantemente técnico. Busca-se fazer com que os trabalhos dos comitês tenham continuidade e produzam resultados, mas pouco se trabalha no sentido de direcionar os comitês para a compreensão de quais seriam os resultados desejados. Em outras palavras, não existe um planejamento estratégico e tão pouco, objetivos e metas claras para a atuação do fórum como um todo.

É visível, contudo, que as propostas guardam relação com os fatores ligados a competitividade empresarial e a questão da microempresa, o que pode ser entendido como um mérito da forma como o fórum é organizado. A divisão em comitês, com temas pré-definidos, e a atuação dos coordenadores consegue de fato direcionar as discussões para os assuntos propostos.

Por outro lado, a divisão dificulta a ação articulada entre os comitês. Muitas das propostas possuem ações que não se restringem ao tema de um comitê, necessitando de atuação conjunta. Segundo os relatos dos coordenadores, existe entre eles comunicação contínua e cada coordenador conhece o trabalho que está sendo desenvolvido nos outros comitês temáticos. A maior preocupação dos coordenadores, no entanto, é de que não exista sobreposição dos trabalhos desenvolvidos, ou seja, que seu comitê não perca tempo com discussões que envolveriam os temas já tratados por outro. Embora o reconhecimento da necessidade de trabalho conjunto exista, faltam mecanismos que promovam discussões complementares, que façam com que os comitês pensem em ações que consolidem as propostas dos outros.

Muitos dos problemas relacionados pelos coordenadores para a execução das propostas estão relacionados a questões de ordem burocrática. O período eleitoral, a exemplo,

foi apontado como um entrave em diversos momentos, devido aos empecilhos que implicam para a atuação das entidades públicas, que ficam sujeitas a regras mais rígidas para sua exposição e utilização de recursos públicos.

Outra dificuldade comum se passa quando para a execução das propostas é necessária a atuação de atores externos, que não participam do FOPEMIMPE. Nesse caso, a falta de canais institucionalizados para encaminhar as propostas tende a atrasar sua viabilização. Quando, por outro lado, são propostas questões de maior simplicidade e que envolvem apenas os membros do fórum, o FOPEMIMPE torna-se um meio eficiente para a sua resolução. O fórum, ao promover o encontro e o diálogo de diversas entidades que atuam pelo desenvolvimento das MPE, funciona de forma eficiente para a identificação e a correção de empecilhos pontuais ligados a atuação de seus membros.

6. DESAFIOS

O grande desafio para o FOPEMIMPE e os demais fóruns que têm sido implantados para discutir a questão da MPE trata-se da conquista de sua efetividade, ou seja, o alcance de resultados perceptíveis. A conquista de mudanças a partir da integração e participação de diferentes atores, objetivos dos fóruns, são indiscutivelmente ambiciosos e requerem significativo esforço e acompanhamento.

Um ponto chave para a efetividade dos fóruns está na participação qualificada, na atração de atores que compreendam a questão da MPE e também que tenham poder de ação. Para esse ponto, é possível prever, como descrito por Bruno Quick², a existência de dois cenários antagônicos que determinariam o funcionamento e o grau de efetividade que os fóruns podem alcançar. O primeiro cenário ocorre quando o fórum produz resultados, e a partir da percepção desses resultados, o modelo do fórum ganha maior credibilidade. Assim, atrai e mantém atores motivados e interessados em participar do fórum, o que por sua vez contribui para a geração de novos resultados, determinando um ciclo virtuoso. Por outro lado, se o fórum não consegue gerar resultados seu modelo perde credibilidade, dificultando a atração de atores e assim limitando sua capacidade de gerar novos resultados, o que leva a um ciclo vicioso.

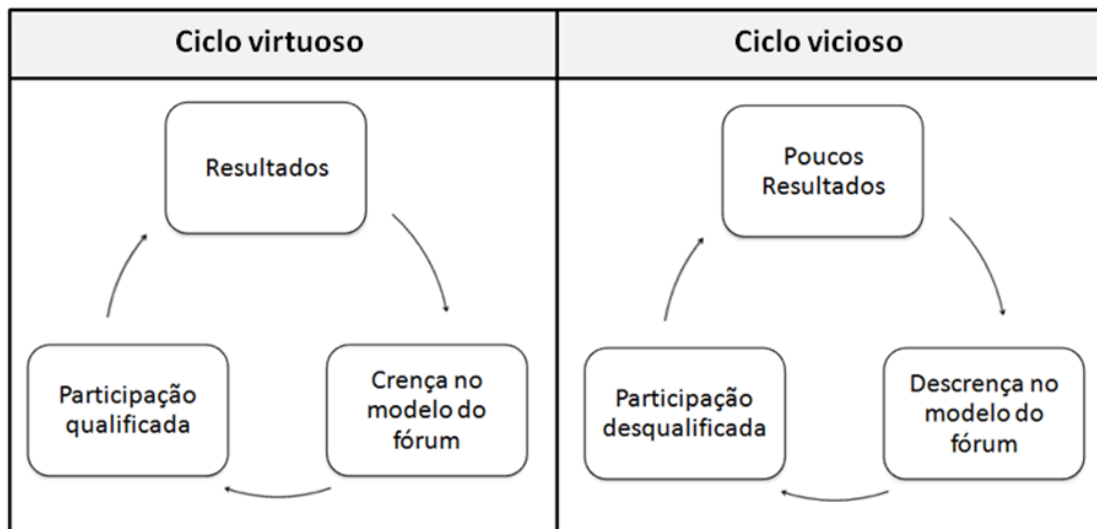


FIGURA 03: Cenários para o funcionamento do FOPEMIMPE
Elaboração: da autora

² Descrição concedida em entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2010 em Belo Horizonte. Bruno Quick é gerente de políticas públicas do SEBRAE Nacional.

Entretanto, a tarefa de fazer com que o fórum entre em um ciclo virtuoso é complexa e depende de um universo de fatores. Através da pesquisa desenvolvida, foram identificados alguns elementos que seriam cruciais para a manutenção desse ciclo virtuoso. Esses elementos serão analisados nos próximos tópicos.

6.1 Participação e Sustentação política

É intuitivo que para o bom funcionamento de um fórum seja necessário o engajamento de seus participantes. Para o caso do FOPEMIMPE, dada a heterogeneidade do setor de MPE, é essencial a participação de uma ampla gama de atores. Empresários e entidades representativas são fundamentais para trazer às discussões uma visão mais coerente com a realidade, cobrar ações factíveis e relatar o impacto de medidas executadas. A participação do corpo técnico das entidades de apoio e do governo, que tendem a possuir uma visão mais ampla, é também relevante para direcionar as propostas a questões que impliquem em maior impacto em um sentido macro e que se apoiem em possibilidades viáveis de serem materializadas. Por fim, é fundamental que também haja participação de representantes políticos das entidades participantes para acompanhar e levar a agenda construída dentro do fórum aos possíveis responsáveis, cobrando por sua real execução.

Assim, apenas com a reunião de todos esses atores o fórum atingirá o seu potencial. É preciso que exista participação qualificada para trabalhar as propostas e também para convencer seus dirigentes da necessidade de sua execução. A agenda formada dentro do fórum precisa ser comprada pelo alto escalão das entidades participantes.

Nesse sentido, entende-se como necessária a validação das demandas do fórum pelo governador. A participação do governador nas assembleias do FOPEMIMPE ou em reuniões com o Conselho Deliberativo seria a prova efetiva de que o fórum funciona, de que ele é legítimo, reconhecido politicamente e tem credibilidade. Esclarece-se que essa participação do governador, autoridade máxima do estado, funciona como um ideal a ser perseguido. Antes que isso ocorra, o primeiro passo seria a real validação das demandas do fórum pelo representante do governador, o que para o caso, seria o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.

De maneira geral, o FOPEMIMPE ainda está longe de chegar nesse ideal de participação. A consciência da importância de participação ainda não é consenso entre as

entidades que o compõe. A falta de continuidade da participação, que limita a capacidade de atuação do fórum, é a principal reclamação dos entrevistados por essa pesquisa. Isso ocorre, como já elucidado, sobretudo devido à rotatividade de quadro dentro das entidades participantes e à dificuldade de manter os participantes motivados em trabalhar nas propostas, uma vez que devem fazê-lo voluntariamente. Por outro lado, quando existe uma cobrança mais forte por essa presença, nota-se que pessoas não motivadas, presentes apenas por questão de obrigação, passam a freqüentar o fórum, pouco contribuindo para o avanço e qualidade dos trabalhos.

Outra barreira está na dificuldade de trazer para o fórum representantes do interior do estado. O FOPEMIMPE ainda não é muito conhecido, problema que se agrava nas cidades menores do estado, onde, como abordado no segundo capítulo, as MPE possuem maior relevância para a dinamicidade da economia. O risco dessa falta de representação é a priorização de discussões referentes a problemas atrelados às metrópoles, com a não disseminação das conquistas do fórum no interior.

Vale destacar, no entanto, que muitos ganhos foram conquistados, em termos de participação com a transição do FOMIMPE ao FOPEMIMPE. A participação e coordenação do governo trouxeram maior credibilidade às discussões realizadas e é sentido entre os participantes a crença de que o FOPEMIMPE é um meio válido para execução das ações que são propostas. O governo também tem cobrado a participação efetiva das entidades que compõem o fórum, e ainda que isso não ocorra de forma rígida, foram percebidos resultados positivos.

No geral, a avaliação quanto ao comprometimento do governo em relação ao fórum é positiva. Embora a questão da MPE não seja uma política estruturante ou prioridade declarada do governo, os entrevistados identificam entre os principais responsáveis pela direção do fórum no Estado o comprometimento com o seu bom funcionamento e efetividade.

6.2 Planejamento e gestão

Idealmente, o fórum deve ser um espaço onde as idéias sejam colocadas de forma sistêmica. Deve haver um esforço para organização de idéias, para que se consiga abordar de forma organizada e estruturada os fatores que desafiam o desenvolvimento da empresa. Caso isso não ocorra, o fórum pode ficar sujeito a se transformar em um espaço de mera promoção

de alguns projetos das entidades de apoio, de queixa por parte das empresas e desculpas por parte do governo.

Os atores que compõem o fórum têm interesses distintos. O Estado e as entidades de apoio trabalham com uma visão de longo prazo, enquanto que os empresário e entidades representativas tendem a almejar resultados para o mais rápido possível. Entende-se que o fórum deva buscar o equilíbrio na atuação desses atores, o equilíbrio entre a visão estratégica do Estado e a visão de curto prazo dos empresários.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de formular, implantar e administrar a estratégia de atuação do fórum como um todo. Definir e divulgar os objetivos de curto e longo prazo para o fórum e buscar coordenar as discussões de forma que as ações geradas estejam relacionadas a esses objetivos.

Para que isso aconteça, recai sobre o governo e os órgãos de fomento a responsabilidade de puxar a formulação e provocações estratégicas, direcionar as discussões para as oportunidades, arranjos e setores considerados estratégicos para o Estado. O resultado que pode ser deduzido desse processo seria o trabalho articulado dos comitês, a promoção de discussões em áreas temáticas distintas, porém, visando um mesmo objetivo, que passaria a ser exposto de forma clara e compreensível para todos os participantes.

Sobre a situação desse aspecto no FOPEMIMPE, foi percebido que isso ainda não é devidamente trabalhado, o que também ocorre no FPMEPP. Pelo modelo do fórum, cada comitê define como e aonde deseja atuar. Constatou-se que não são passadas diretrizes para o desenvolvimento do trabalho dos comitês temáticos e ainda não existe a preocupação por parte do Conselho Deliberativo ou Secretaria Técnica em pensar quais seriam essas diretrizes.

Existem dois fatores primordiais que dificultam a gestão estratégica no FOPEMIMPE atualmente. Em primeiro lugar, a equipe responsável pela administração do FOPEMIMPE no governo é pequena. Dada a limitação de pessoal, muitas vezes a equipe se encontra sobrecarregada com questões de ordem operacional, o que dificulta o maior acompanhamento do que é discutido dentro dos comitês. Em segundo lugar, o fórum é recente. Não havia participação do governo na época do FOMIMPE, o que só ocorreu efetivamente após a criação do FOPEMIMPE no ano de 2008. O envolvimento do governo no fórum encontra-se assim ainda em fase de aprendizado. A resposta de como deve ser a coordenação e atuação no FOPEMIMPE ainda não é totalmente clara para o próprio o governo, que está conhecendo e se adequando ao fórum.

6.3 Publicidade e informação

A divulgação de informações e a publicidade, ao contribuir para o reconhecimento dos fóruns, têm papel fundamental para consolidar o seu trabalho. Entende-se como essencial que as discussões e medidas propostas estejam acessíveis aos atores, de forma a possibilitar a cobrança por seus resultados e assegurar o ganho de transparência das atividades do Estado inerentes à construção de um fórum. Nesse contexto, a publicidade é um meio para garantir essa acessibilidade.

Conquistar resultados a partir do fórum é uma etapa, fazer com que o público alvo desses resultados os conheça é outra. É essencial que exista essa consciência e se trabalhe para que essas duas etapas sejam concluídas. A efetividade dos fóruns depende da disseminação das informações produzidas dentro dele.

É possível deduzir que a divulgação do trabalho do fórum funciona também como um incentivo à participação. Na medida em que os empresários descobrem que questões que afetam seu negócio estão sendo debatidas, é natural que se desenvolva o interesse pelo acompanhamento e participação dessa discussão. Além disso, ferramentas de publicidade podem contribuir para o melhor conhecimento do fórum no interior do estado, questão pouco trabalhada atualmente.

A avaliação geral dos entrevistados quanto à situação desse ponto no FOPEMIMPE é que tem sido explorado de forma ineficiente. São poucas as informações disponíveis sobre a existência do FOPEMIMPE. Mesmo na internet, nos sites da SEDE ou de outras entidades participantes do fórum, são raras as informações disponibilizadas. Não existe meio de divulgação das propostas apresentadas pelos comitês ou das atas das assembleias ou do Conselho Deliberativo para o público externo ao fórum

É importante ressaltar, por sua vez, que essa questão tem sido discutida, principalmente pelo comitê temático de Informação. As propostas apresentadas pelo comitê, que buscam a criação de um site na internet exclusivo para o FOPEMIMPE e a montagem de uma equipe responsável por acompanhar e disseminar as informações produzidas no fórum, mostram a intenção em se trabalhar esse problema. Outro ponto importante é que publicidade implica em investimento. Promover o fórum de forma a torná-lo conhecido em toda Minas Gerais é uma tarefa que custa caro. Como o FOPEMIMPE ainda é um espaço recente, em fase de adequação, de fato talvez seja cedo para se investir pesadamente em sua publicidade. O fórum

pode não estar pronto para atender a demanda que poderia surgir. Nesse sentido, poderia frustrar as expectativas dos pequenos empresários e perder credibilidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esse trabalho faço luz a uma das analogias citadas por Bruno Quick (2010) durante a entrevista realizada nessa pesquisa. “O que podemos dizer em relação à situação dos fóruns voltados para as MPE? O copo está metade cheio ou metade vazio?” A resposta é de que o copo ainda não chegou à metade, mas há razões para celebrar, pois existe algo dentro do copo. Em outras palavras, responder o quanto podemos ser otimistas ou pessimistas em relação aos fóruns dependerá do referencial utilizado. Se olharmos para onde se pode chegar com esse modelo, perceberemos que muito ainda falta para se caminhar. Por outro lado, se olharmos de onde se saiu, perceberemos que muito já foi conquistado.

A formação de um canal permanente para comunicação entre os empresários de pequenas empresas e o governo pode ser entendida como a correção de uma falha. Grandes empresas têm acesso facilitado para debater seus problemas com o governo. Pequenas empresas, dada a sua baixa relevância quando pensadas individualmente, dificilmente teriam esse contato. Um canal institucionalizado para possibilitar essa comunicação torna-se assim essencial para viabilizar a identificação das demandas desses empresários, que em conjunto são tão ou mais relevantes para a dinamização da economia quanto às grandes empresas.

Os fóruns contribuem para a formação de arranjos entre os atores envolvidos na questão das MPE. Trata-se de um espaço para exercer representação e lograr *advocacy*, ou seja, um espaço para influenciar a tomada de decisão quando na formulação de políticas públicas. Bem ou mal, isso de fato tem sido proporcionado pelos fóruns. Tem-se formado uma rede entre os atores, o que facilita o desenvolvimento da questão das MPE.

Salienta-se que a participação do governo nesses fóruns tem desempenhado um papel fundamental. O governo é o agente com maior poder de atuação para mudar os problemas identificados nas discussões promovidas no fórum. Além disso, a simples validação pelo governo das demandas citadas nessas discussões, mesmo que isso ainda não ocorra entre o alto escalão do Estado, já pode ser considerado um ganho, uma vez que esse seria o primeiro passo até sua resolução.

Contudo, é preciso ter consciência que a iniciativa privada e o Estado funcionam sobre lógicas distintas. A forma como se trabalha em entidades privadas é diferente das entidades públicas. Nesse sentido, é natural que existam dificuldades quando se propõe o trabalho integrado entre essas instâncias, que é o que ocorre nos fóruns. Para que resultados palpáveis sejam alcançados é preciso que os atores aprendam e se adéquem a essas lógicas distintas, o

que demanda tempo. Seria utopia acreditar que grandes resultados podem ser obtidos em um curto prazo, pois é necessário que os entes aprendam a lidar com as questões inerentes a participação e consolidar uma cultura para essa participação. Dessa forma, apenas no longo prazo é possível prever que o FOPEMIMPE alcance todo o seu potencial.

Destaca-se que a visão dos entrevistados quanto ao FOPEMIMEPE é, no geral, positiva. Minas Gerais é tido como exemplo para muitos aspectos ligados a forma como o Estado tem conduzido o fórum. Deve-se, entretanto, estar atento ao risco de que o fórum se transforme em uma ferramenta para resolução de questões pontuais, ao invés de ter uma atuação estratégica. É possível dizer que hoje o FOPEMIMPE já funciona de forma eficiente para identificação de problemas pontuais e possíveis soluções, sendo cômodo que ele continuasse dessa forma. Conseguir que o FOPEMIMPE funcione de maneira estratégica é uma tarefa difícil que demanda estudo e trabalho.

Essa pesquisa contribui nesse sentido, fornecendo subsídios ao processo de aprendizado pelo qual o FOPEMIMPE ainda passa na busca pelo alcance de seu potencial. Descobrir os obstáculos que permeiam o funcionamento do fórum é o primeiro passo para o seu aprimoramento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Jefferson Ney. Manual do FOMIMPE. Maio de 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, p. 443 a 464.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. **Democracia, participação e instituições híbridas**. In: Teoria e Sociedade (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia . UFMG) . Belo Horizonte, número especial, maio de 2005. P. 16-41.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão nº630. Brasília: IPEA, fev. 1999. Disponível em: <http://www.cni.unc.br/unc2009/mestrado/mestrado_materiais>. Acesso em jul. 2010

BEDÊ, Marco Aurélio. **Gargalos no financiamento dos pequenos negócios no Brasil**. In: SANTOS, Carlos Alberto (org). Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas. 2ª ed. SEBRAE. Brasília, 2004. P. 46-58.

BENTO, Leonardo Valles. Marco teórico da nova governança: rumo a um modelo pós-burocrático de administração pública. In: BENTO, Leonardo Valles. **Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: Entre eficiência e democratização**. 1. ed. Barueri: Manole, 2002. Cap. 2, p. 81-141

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. DOU de 15.12.2006.

CABRERA, Ángel *et all*. **Las PYME: Quiénes son, cómo són y que hacer con ellas**. Santiago de Chile, 2002. In: Estudios Públicos, 116, primavera 2009. Disponível em: <<http://www.cepchile.cl/>>. Acesso em: 18 de jun. 2010.

CÔRTEZ, Soraya. **Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura**. In: LUBAMCO, Catia; COÊLHO, Denilson Bandeira; MELO, Marcus André (orgs). Desenho institucional e participação política: Experiências no Brasil Contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Cap 1, p. 13-32.

DINIZ, Eli. **Em busca de um novo paradigma: a reforma do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo em perspectiva, 10(4) 1996. Disponível em: <www.seade.sp.gov.br>. Acesso em: 19 de ago. 2010

FEDATO, Maria Cristina Lopes; MORETTI, Telma; OLIVEIRA, Carla Stoicov. **Responsabilidade Social Corporativa e o fortalecimento das pequenas e médias empresas**. In: GLOBAL FORUM AMÉRICA LATINA. Anais 2009. Disponível em: <congresso.globalforum.com.br> Acesso em: 8 jul. 2010

FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Fopemimpe, realizada dia 18 de junho de 2009**.

FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fopemimpe, realizada dia 27 de maio de 2010.**

FÓRUM PERMANENTE MINEIRO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. **Ata da 3ª Assembléia Geral do Fopemimpe, realizada nos dias 27 e 28 de maio de 2010.**

FREY, Klaus. **Governança Urbana e Participação Pública.** RAC-Eletrônica, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/rac-e>>. Acesso em 20 ago. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001.** Estudos & Pesquisa - Informação Econômica nº 1. Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das empresas.** Estudos & Pesquisa - Informação Econômica nº 6, 2005.

JABÔR, Marcel Machado; BAÚ, Jaime. **As Micro e Pequenas Empresas e a Política de Créditos no Brasil.** In: VI Semana de Engenharia de Produção Sul-Americana. UFSC, Florianópolis - SC. Nov. 2006. Disponível em: <<http://www.peteps.ufsc.br>> Acesso em: 15 ago. 2010

LA ROVERE, Renata Lèbre. **Perspectivas das micro, pequenas e médias empresas no Brasil.** Grupo de Economia da Inovação – Instituto de Economia da UFRJ, 2001.

LAGES, Vinícius. **Sistema de Informações setoriais georreferenciadas.** In: SANTOS, Carlos Alberto (org). Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas. 2ª ed. SEBRAE. Brasília, 2004. p. 65-70.

LAVALLE, Adrián; CASRELLO, Graziela; e BICHIR, Renata. **Os Bastidores da Sociedade Civil: Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas.** Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, SP, novembro de 2006.

LEVISTKY, Jacob. **Support Systems for SMEs in Developing Countries a Review.** Paper commissioned by the Small and Medium Industries Branch n.2, Small Medium Programme, UNIDO, 1996.

MINAS GERAIS. **Decreto 44853** de 2 de julho de 2008. Institui o Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. Fórum Permanente Mineiro de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. **Regimento Interno do Fórum Permanente Mineiro de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FOPEMIMPE.** Belo Horizonte, 18 de junho de 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Balanço das Ações 2000-2008.** Brasília, junho de 2009. Disponível em <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2010

PUGA, Fernando Pimentel. **Alternativas de apoio a MPMES localizadas em arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2010

REIS, Gisele dos; FREIRE, Jussara. **Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local**. In: Cadernos Metr pole n 10. São Paulo: EDUC, 2  sem. 2003. p. 75-103.

SANTANA, Angela. **A reforma do Estado no Brasil: estratégias e resultados**. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 out. 2002

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO  S MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil – 2003/2005**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>> Acesso em: 13 jun. 2010

SILVA, Carla Almeida. **Os Fóruns Temáticos da Sociedade o Fórum Nacional da Reforma Urbana**. In: Dagnino, Evelina (org). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap 5, pg. 143-186.

TOIGO, Renato Francisco. **Análise Comparativa entre o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e a Lei do SIMPLES**. In: IX Conven o de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Gramado - RS, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2010

VIEIRA, Maria L dio. **A contribui o das micro e pequenas empresas para redu o da pobreza no Brasil**. 2007. 50f. Disserta o (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aos coordenadores de Comitês Temáticos do FOPEMIMPE

- 1) Como se deu seu envolvimento com o FOPEMIMPE? O que te motivou a trabalhar pela questão dos pequenos negócios e como você se tornou um coordenador.
- 2) Em sua opinião, quais foram os ganhos da transformação do FOMIMPE em FOPEMIMPE?
- 3) Qual o seu papel enquanto coordenador?
- 4) Como você mantém contato com os outros participantes fora das Assembléias?
- 5) Com qual periodicidade são realizadas reuniões do comitê?
- 6) O que você espera como resultados do Fórum no curto e longo prazo?
- 7) Quem são as pessoas que participam do seu comitê temático?
- 8) Você considera que os participantes representam peças chaves para execução das propostas?
- 9) Em sua opinião, quais são os incentivos que esses participantes têm para trabalhar nas propostas debatidas dentro do comitê?
- 10) Como foi o processo de escolha das propostas já apresentadas?
- 11) Qual a metodologia será usada para execução das propostas? Como o trabalho será dividido?
- 12) Quais foram as orientações da Secretaria Técnica para o desenvolvimento do trabalho do comitê temático?
- 13) Qual a relevância das propostas para o segmento das microempresas? Irá beneficiar todo o segmento ou existe focalização?

14) O trabalho desenvolvido pelo seu comitê temático já trouxe resultados? Se não, o que faltou para que isso ocorresse? Se sim, quais foram as principais dificuldades na conquista desses?

15) Na sua opinião, o Fórum tem sido promovido adequadamente? Existe publicidade do que tem sido discutido?

16) O que falta ao FOPEMIMPE para que ele alcance seus objetivos?

APÊNDICE B– Roteiro de entrevista ao coordenador geral do FOPEMIMPE

- 1) Como se deu seu envolvimento com o FOPEMIMPE?
- 2) Qual sua participação na idealização do FOMIMPE?
- 3) Na sua opinião, é possível afirmar que o FOMIMPE teve uma influência direta para a realização da Lei Geral?
- 4) O que você enxerga como mudanças na transição do FOMIMPE em FOPEMIMPE?
- 5) O que você espera como resultados do Fórum no curto e longo prazo?
- 6) Qual a sua responsabilidade como coordenador dos comitês temáticos?
- 7) Quais são as principais dificuldades na operacionalização dessas responsabilidades?
- 8) Na sua opinião, os incentivos para o trabalho das pessoas no fórum são suficientes?
- 9) Com qual periodicidade você encontra com os coordenadores?
- 10) Quais são as diretrizes passadas para esses coordenadores?
- 11) Como você descreveria o processo de formulação e implantação das propostas do FOPEMIMPE?
- 12) Na sua avaliação, qual é o comprometimento do governo com o Fórum?
- 13) Você considera que os participantes do Fórum conseguem abarcar os diversos interesses dos pequenos empresários? Existe representação de todos os segmentos?
- 14) Você considera que os temas escolhidos para os comitês temáticos são pertinentes? Existiria algum outro tema de interesse dos pequenos empresários que não tem sido discutido?

- 15) Qual a relevância do Fórum na política de apoio aos empresários de pequenos negócios?
- 16) Na sua opinião, o Fórum tem sido promovido adequadamente? Existe publicidade do que tem sido discutido?
- 17) O que falta ao FOPEMIMPE para que ele alcance seus objetivos?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista ao representante do SEBRAE Minas Gerais

- 1) Por que o FOMIMPE foi criado?
- 2) Quais eram os seus resultados esperados?
- 3) Esses resultados foram alcançados?
- 4) Quem eram os participantes do FOMIMPE?
- 5) Houveram propostas debatidas que se concretizaram?
- 6) Quais os ganhos esperados com a transformação do FOMIMPE em FOPEMIMPE?
- 7) Qual a responsabilidade do SEBRAE na coordenação do FOPEMIMPE hoje?
- 8) Como foram escolhidos os coordenadores dos comitês temáticos?
- 9) Quais são as orientações passadas a esses coordenadores?
- 10) Na sua visão, qual é o papel da SEDE?
- 11) O que falta ao FOPEMIMPE para que ele alcance seus objetivos, o que poderia melhorar?
- 12) Qual na sua visão a relevância do Fórum para o micro empresário?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista ao representante do SEBRAE Nacional

- 1) Qual a participação do SEBRAE no processo de criação e implementação do Fórum Permanente? Qual a influência e papel desempenhado?
- 2) O modelo adotado pelo FOPEMIMPE influenciou o modelo adotado nacionalmente?
- 3) Quais são os ganhos da participação do governo em Fóruns como esse?
- 4) Qual o atual papel desempenhado pelo SEBRAE no Fórum Permanente?
- 5) Quais são as principais dificuldades na operacionalização dessas responsabilidades?
- 6) Você considera que os participantes do Fórum conseguem abarcar os diversos interesses dos pequenos empresários? Existe representação de todos os segmentos?
- 7) Quais são os resultados concretos que podem ser atribuídos ao Fórum?
- 8) Você considera que os temas escolhidos para os comitês temáticos são pertinentes? Existiria algum outro tema de interesse dos pequenos empresários que não tem sido discutido?
- 9) Você julga a implantação do Fórum em nível regional e municipal necessária? Por quê?
- 10) O Sebrae tem participação ativa nos fóruns de todas as unidades federativas?
- 11) Você considera que o fórum deva ser composto por empresários ou entidades representativas?
- 12) Na sua opinião, o Fórum tem sido promovido adequadamente? Existe publicidade do que tem sido discutido?
- 13) Qual sua avaliação do comprometimento do governo com o Fórum?
- 14) E para a questão da microempresa? Tem se dado a prioridade adequada?

15) O que falta ao Fórum para que ele alcance seus objetivos?

16) Qual a relevância do Fórum na política de apoio aos empresários de pequenos negócios?

17) Existem diretrizes para guiar o trabalho que é desenvolvido no Fórum? O trabalho dos comitês temáticos está atrelado a um planejamento estratégico?